



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 103ª
(CENTÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Antes de passar a palavra, quero aqui saudar os trabalhadores do Sistema de Assistência Social e Socioeducativo e também o pessoal do SLU.

Quero dizer a todos vocês que esta é a Casa do Povo e também a Casa dos servidores públicos e, tenham certeza, o que depender desta Casa para resolver o problema de vocês, vai ser feito. Aquilo que dentro da legalidade puder ser feito será feito.

Nós começamos agora a sessão ordinária. Os Deputados vão fazer os pronunciamentos. A gente só pede que a galeria possa respeitar a fala dos Deputados.

Obrigado pela galeria.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 99ª Sessão Ordinária;
- Ata da 100ª Sessão Ordinária;
- Ata da 101ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluída na Ordem do Dia uma moção de louvor pelo falecimento do Apóstolo Doriel de Oliveira, da Frente Parlamentar Evangélica, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. Assim que ela for entregue à Mesa, eu vou pedir que seja feita a sua leitura.

Em virtude do falecimento do Apóstolo Doriel de Oliveira, pai de um ex-Parlamentar desta Casa e pioneiro de Brasília, quero pedir a todos os presentes que, em pé, façamos um minuto de silêncio. O seu falecimento ocorreu no dia 17 de novembro do corrente ano, 2016. Peço a todos os presentes na Casa, inclusive na galeria, que, em pé, façamos um minuto de silêncio em respeito ao Apóstolo Doriel de Oliveira.

(Minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta de dois requerimentos de nossa autoria: os Requerimentos nºs 2.068 e 2.126, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Vou pedir à assessoria da Mesa que nos traga os dois requerimentos, Deputado Ricardo Vale. Logo após, farei a avaliação.

DEPUTADO RICARDO VALE – Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Aviso que alguns Líderes estão no Colégio de Líderes, reunidos com algumas lideranças sindicais para debaterem algumas situações que são apresentadas, juntos com o Presidente da Casa e demais Líderes dos blocos partidários.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos apenas três Deputados aqui no plenário. Sugiro à V.Exa. a suspensão da sessão por cinco minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É verdade, perdemos o *quorum*. Então, não havendo *quorum* regimental para darmos início aos Comunicados de Líderes, esta Presidência vai suspender a sessão por quinze minutos até recuperarmos o *quorum* necessário. (Pausa.)

Quero apenas explicar que toda casa legislativa tem uma norma e tem um regimento interno. O Regimento Interno desta Casa diz que, para se iniciarem os Comunicados de Parlamentares... Na realidade, a sessão ordinária começa com os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares. O Regimento Interno diz que, para se dar início aos Comunicados de Líderes ou de Parlamentares, nós precisamos de, pelo menos, seis Deputado presentes no plenário. Na realidade, eles não podem somente assinar a lista de presença e sair, eles precisam estar presentes no plenário. Como os Deputados Líderes dos blocos estão em reunião no Colégio de Líderes... Inclusive me parece que está lá no Colégio de Líderes o Presidente do SINDIRETA – Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal. O que é o Colégio de Líderes? É um colegiado que reúne os Líderes dos blocos, o Líder da Oposição e o Líder do Governo para discutir a pauta de votação e também as ações, como alguns têm falado, para resolução dos problemas que são apresentados no Colégio de Líderes.

Os Líderes dos blocos partidários – eu vou ler quem são eles – estão... O único Líder de bloco partidário que não está lá sou eu, que sou Líder do meu bloco, mas a Vice-Líder do meu bloco está presente lá. Eles estão em reunião de liderança agora. Saindo da reunião de liderança, eles vêm para o plenário para darmos continuidade. Só para esclarecimento. Ok? Obrigado pela atenção de vocês.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h55min, a sessão é reaberta às 17h02min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Estamos nos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho, por cinco minutos.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os Parlamentares e ao pessoal da galeria.

Inevitavelmente, hoje a minha fala é a respeito desse acampamento ou vigília que os professores aposentados, principalmente as professoras aposentadas, estão fazendo na lateral do Buriti. Não preciso nem falar que são profissionais que se dedicaram por toda a vida ao magistério, com muito empenho, muita dedicação e muita qualidade. O direito de usufruir a licença-prêmio durante o exercício normal da profissão lhes foi negado, porque nós, professores, temos uma característica específica: para que saíamos de licença-prêmio, é necessário que o governo contrate um substituto, e isso não foi feito ao longo da história. Eu, particularmente, tenho vinte e três anos de Secretaria de Educação e sete meses de licença-prêmio pendurados. Nunca consegui tirá-los. E eu não queria receber em pecúnia, queria era tirar mesmo o direito que eu tinha para estudar ou para descansar, mas nunca me foi permitido.

No momento em que esses profissionais chegam ao final da carreira, cansados, dedicados, com dívidas para pagar – até porque havia a expectativa de receberem o valor e eles fizeram compromisso com esse valor, tinham até a promessa de que pagariam –, não aconteceu. Você cria um problema, primeiro, de negar o direito; segundo, de contribuir com o endividamento de determinados profissionais.

Então, não é, Deputado Wasny de Roure – V.Exa. que acompanha essa questão junto comigo –, uma questão de piedade. Ninguém quer piedade, como muitos encaram. Não é porque elas são senhoras ou aposentadas que se tem de pagar não. Deve-se pagar porque é um direito. A gente sabe das dificuldades financeiras do Estado, mas o Estado tem que encontrar prioridades, e eu acho que pagar aos aposentados um direito histórico, necessário e justo é uma prioridade.

Então, para que, nos próximos passos e até na aprovação de determinados créditos, repensemos novas possibilidades financeiras aqui na Casa, precisamos, de alguma maneira, ainda que informalmente, vincular a aprovação dessas receitas ao pagamento das pecúnias dos professores.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Veja bem, os colegas Deputados, na semana passada, deram uma contribuição enorme para esta cidade quando propuseram o cancelamento das suas emendas para dirigir o Fundo de Saúde da Polícia Militar, como também para o pagamento do transporte escolar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Veja bem, o governo, quando depara com essa realidade de dificuldades que, às vezes, são orçamentárias, às vezes, financeiras, às vezes, as duas... Sequer nenhum agradecimento foi feito, Deputado. A questão do gesto é extremamente relevante. O Governador, que governa um quadro de dificuldades, e eu sei que S.Exa. tem perdido o sono... O Governador não é uma pessoa irresponsável, é uma pessoa séria. Eu sei das qualidades de S.Exa. Eu o conheço há muitos anos na vida pública. Mas, uma coisa, Sr. Deputado, Sr. Líder, V.Exa., que inclusive é da base e tem, com certa assiduidade, contato com o Governador... Existe uma coisa na vida que é elementar, que todos nós temos aprendido: a questão do respeito. Ela estabelece a prioridade. V.Exa. é professor. Depois de uma carreira, de trinta anos na sala de aula, ter que dormir na porta do Palácio... Não se pode nem entrar! Hoje, só permitiram um professor para acompanhar V.Exa. com o Secretário! Só um professor pôde entrar com V.Exa.! Isso se chama respeito.

Então, Sr. Presidente, quantas vezes pais chegam a uma quitanda, sem o dinheiro para pagar a dívida que devem e têm que pedir um pão fiado, um pacote de bolacha, sei lá o quê? Eles olham, pedem desculpas e dizem: "Eu vou pagar. Eu preciso desse pão para os meus filhos".

Deputado, eu lamento profundamente a maneira como isso está sendo tratado. Precisamos entender que governar é olhar nos olhos das pessoas, assumir a dor das pessoas. Aí, a solução aparece, Deputado! O problema é que não há quem olhe e veja a necessidade, o quadro de sofrimento das pessoas. Ali, há pessoas doentes, como foi dito na reunião. Pessoas que têm morrido até mais cedo! É doloroso assistirmos a esse quadro. Não é doloroso só ir a uma tribuna e dizer que há falta de dinheiro. Às vezes, há falta de clareza e de prioridade. Isso, sim, também tem acontecido.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Eu incorporo o pronunciamento de V.Exa. aos registros taquigráficos e encerro dizendo que, daqui para frente... Eu estive lá no acampamento e intermediei, para que o Secretário da Casa Civil recebesse os professores e saíssemos de lá com alguma proposta concreta, mas não aconteceu. Há o compromisso de nos reunirmos novamente no dia 1º, para que, se possível, tentemos algo concreto. O pessoal está perdendo a paciência. Eu, inclusive – o Deputado Joe Valle está aqui presente –, levarei essa contenda para debate dentro do nosso bloco, para que ele tire uma postura talvez até mais enfática e mais drástica em relação a essa atitude do governo com os professores aposentados.

Temos o entendimento de que a situação financeira não é fácil, mas, como disse V.Exa., temos também o entendimento de que falta um pouco de respeito e, talvez, até boa vontade.

Sr. Presidente Deputado Delmasso, que exerce provisoriamente a Presidência, e todos os demais Deputados: deixo aqui uma proposta. Provavelmente – minto: certamente – haverá sobra orçamentária da Câmara Legislativa, findo o exercício de 2016. Deixo aqui a proposta de que a gente pense com carinho, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

carinho mesmo, em, ao devolver essa sobra orçamentária da Câmara Legislativa para o Tesouro, inserir o pagamento das pecúnias dos professores. Deputado Agaciel Maia, que é o nosso mestre junto com o Deputado Wasny de Roure nas questões orçamentárias, por favor, analise com carinho a possibilidade de, no final do ano, nós fazermos essa destinação orçamentária para o pagamento das pecúnias.

Eu lhe peço, encarecidamente, até em nome dos professores aposentados.

Muito obrigado a todos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro. A bancada do PT está apresentando uma moção em cumprimento à nova Reitora da Universidade de Brasília, Professora Márcia Abrahão. Eu pediria que V.Exa., inclusive, pudesse colocar a matéria em votação no dia de hoje, porque hoje foi publicada a sua nomeação à Reitoria da Universidade de Brasília, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Inclusive, também já colocamos aqui, em pauta de votação, Deputado Wasny de Roure, a moção da Frente Parlamentar Evangélica ao apóstolo Doriel de Oliveira pelos relevantes serviços prestados por ele ao Distrito Federal. É uma moção *in memoriam* ao apóstolo Doriel.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, pela liderança do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero congratular-me ao colega que me antecedeu, Deputado Prof. Reginaldo Veras, pela lucidez do seu pronunciamento em defesa dos trabalhadores.

Quero cumprimentar aqui os trabalhadores professores, o pessoal do SINDSASC — Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF, os servidores das carreiras de assistência e socioeducativa. Nós temos um pedido de audiência. A Secretária Leany Lemos confirmou que vai nos atender, está marcando dia e hora para nos receber no tratamento da questão desse segmento.

Mas, Sr. Presidente, eu fiz questão de trazer aqui o parecer que eu pediria a todos os gabinetes que procurassem conhecer, o Ofício nº 13, de 2015, de 1º de outubro de 2015, já bastante defasado. Esse é o parecer do Conselho Fiscal do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal.

Sr. Presidente, olha só essa representação que foi feita ao Conselho Fiscal. A representação remete com o seguinte *caput*: “Impropriedades e inconstitucionalidade da aprovação da Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

que modifica, temporariamente, a contribuição patronal para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências”.

A minha assessoria leu com atenção. Eu, infelizmente, só depois de um ano tive conhecimento desse parecer. Mas eu quero pedir aos colegas que procurem tomar ciência do parecer desse Conselho Fiscal do Iprev. E olhem só: esse relatório é assinado pelo Sr. Marcelo Cruz Borba, pela Eliete Santos da Silva e pela Mirtes Silveira e Silva. Olhem o que dizem os dois parágrafos de encerramento desse parecer: eles fazem exatamente, Sr. Presidente, de maneira sintética, aquele voto em separado que fizemos sobre essa matéria quando ela veio ao plenário desta Casa e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças: “Sendo assim”, a partir da menção da legislação notoriamente conhecida por todos nós, “este conselho vem apresentar essas informações com o intuito de resguardar o interesse público, tendo em vista o não prejuízo das ações futuras que permeiam as diretrizes, a organização e o funcionamento do Iprev do Distrito Federal e que poderão acarretar um problema mais grave ainda no futuro próximo para o governo local. Por fim, solicita providências com o objetivo de evitar quaisquer consequências advindas do novo regulamento em questão, tendo em vista os possíveis prejuízos que poderão trazer ao Instituto.” É porque o regulamento do funcionamento do conselho foi, nesse governo, alterado.

Eu faço um apelo aqui ao governo para que ele entenda a importância de fazer uma discussão bastante ampla, bastante participativa com os servidores. Eu sei que o governo, a despeito do meu voto contrário, está tentando equacionar a situação com os imóveis apresentados naquele conjunto que foi votado aqui na Câmara Legislativa, e eu luto e espero que dê certo essa recomposição e que este capítulo possa se encerrar com resultado alvissareiro, afirmativo, e que seja recuperado e recomposto o conjunto de recursos – é claro que agora tornando-se o Iprev também uma instituição de gestão imobiliária, seja para gerenciar aluguéis, seja para gerenciar licitações de imóveis da sua propriedade.

E também quero aproveitar aqui e pedir que o governo nos dê uma informação sobre a transferência, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a transferência das escrituras para o Iprev. Eu gostaria de saber se isso está acontecendo, se a coisa está direita. A gente tem o direito, a gente não apenas vota, a gente fiscaliza. Eu quero entrar com um requerimento nesta Casa pedindo informações da transferência dos imóveis que aqui foram votados para que nós tenhamos a clareza da transferência e a identificação das novas escrituras em nome do Iprev.

Portanto, Sr. Presidente, tenho a responsabilidade de trazer esse tema aqui até que ele seja plenamente equacionado. Eu não tenho dificuldade, Deputado Prof. Reginaldo Veras e outros colegas Deputados, de enfrentar derrota política. Isso é da vida! Mas o que quero é o equacionamento, é o equacionamento de 1 bilhão e 250 milhões reais ao valor de quando isso foi votado. Não o valor de quando foram entregues os imóveis, aí é outro valor. Isso não dá para aceitar, como eu já falei desde a época em que foi votado isso. Quero dizer para os colegas que o valor de 1



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

bilhão e 250 milhões de reais quando foi votado é uma coisa, quando foi efetivado o empréstimo é outra coisa, e quando foi pago é outra coisa. A gente precisa fazer esse encontro de contas, como os auditores, os contadores gostam de fazer. Eu não vou abrir mão desse requisito em bem dos servidores públicos.

Por último, Sr. Presidente, eu queria aqui, Deputado Wellington Luiz, agradecer a participação do Deputado Federal Rôney Nemer ontem. Hoje, inclusive, ele esteve aqui conosco. Nós tivemos, ontem, na CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, uma reunião extremamente importante, Deputado Agaciel Maia, extremamente importante, Deputada Telma Rufino – inclusive V.Exa. é uma das porta-vozes aqui na Casa do debate da regularização fundiária no Distrito Federal. Nós fizemos uma audiência da quadra 12, lá na Estrutural. A quadra 12 é a origem da Estrutural. Lá está a Vila Olímpica, lá está a escola, mas essa quadra não foi possível regularizar, porque se tem dito que nessa quadra há produção de gás metano em função da produção do lixo. A Quadra 12 é exatamente a entrada do Lixão. Ontem, então, nós tivemos, Deputado Raimundo Ribeiro, uma reunião em que havia representantes de todos os conjuntos da Quadra 12 – são oito conjuntos – e algumas lideranças da própria comunidade.

Eu quero aqui cumprimentar o Júnior, um dos diretores da CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, que nos atendeu, e o Carlos Nogueira, Diretor da Companhia, pelo nível da discussão e pela esperança que ela possibilitou àquela população, ainda que haja muitas etapas a serem trabalhadas.

O fundamental, e disso nós não podemos abrir mão, Deputada Telma Rufino, é que há a necessidade de prospecção, de análise das condições do solo. Nós queremos a fixação da população, mas também queremos o estudo técnico que, de fato, tranquilizará todos nós para se evitarem eventuais acidentes ali na comunidade. Faça questão de trazer esse debate aqui para o plenário porque é uma questão de responsabilidade, Deputada Telma Rufino.

O governo está fazendo a prospecção da escola que foi interdita ali na Estrutural. Não é porque eu defendo uma coisa que quero que ela aconteça em qualquer circunstância, em qualquer termo – de forma alguma. Mas é necessário que o governo possa agir, até mesmo aditando, eventualmente, se houver um parecer técnico, este contrato para poder fazer a prospecção na Quadra 12 e trazer a tranquilidade para os técnicos fazerem a efetivação das escrituras e entregarem-nas a cada uma das famílias que moram ali. São em torno de 260 famílias – 255 a 260 famílias –, portanto, não é um público pequeno.

Eu faço esse apelo aqui à Codhab e parabeno os diretores. Também quero registrar o cumprimento à arquiteta Isabel, que está ajudando a construir uma solução para aquela comunidade, e à arquiteta Marcela, que é quem tem o acúmulo no debate da questão ambiental ali na Estrutural.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Parabéns pelas colocações.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pelo Bloco da Maioria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dois assuntos específicos me trazem hoje a esta tribuna.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma homenagem a um ex-Deputado Estadual e ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte, nascido na cidade de Jardim de Piranhas, considerado, entre os 939 deputados estaduais da época, Deputado Joe Valle, como um dos maiores oradores que as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal já tiveram. O Deputado Willy Saldanha faleceu recentemente de maneira súbita e comoveu todo o Estado do Rio Grande do Norte por se tratar de uma pessoa extremamente humana, uma pessoa extremamente competente, e que vai deixar um vácuo muito grande nas ideias políticas daquele estado. Portanto, quero fazer essa homenagem justa ao ex-Deputado Willy Saldanha.

Outro assunto específico do qual eu gostaria de tratar é uma necessidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que hoje examinou os quatro relatórios parciais. Existe uma série de outros projetos, Deputado Chico Vigilante, e, conforme entendimento do Colégio de Líderes, concordou-se que pudéssemos dar o parecer a alguns deles aqui em plenário, porque hoje foi muito exaustiva a reunião da nossa comissão. Ficou tarde, cansativo, e as Lideranças concordaram que, para alguns projetos de rotina, fossem dados os pareceres aqui, para que não houvesse prejuízo principalmente para os órgãos que irão receber esses créditos suplementares.

Eu gostaria também de parabenizar o Josué Ferreira por uma ideia que pode ser copiada aqui, Deputado Joe Valle, que é a escolha dos melhores projetos de lei. Pode-se constituir uma comissão na sociedade civil para que se votem os melhores projetos de lei apresentados nesta Casa dentro da legislatura. Essa ideia valoriza e estimula os Deputados a terem a iniciativa de apresentar projetos bem formulados. É lógico que, em complemento a isso, há a necessidade urgente de se colocar a *TV Legislativa*. Não adianta nós Deputados apresentarmos boas ideias, termos informações para bons projetos de lei, bons pronunciamentos sobre políticas públicas, se estivermos falando só para as assessorias e para os Deputados. Não dá para entender, quando hoje já temos, depois da criação da *TV Senado*, quase 150 *TVs legislativas* no Brasil todo, que o Legislativo da própria Capital Federal não tenha uma televisão.

Portanto, eu gostaria, Deputado Wellington Luiz, que preside a sessão, de fazer esse registro na tarde de hoje.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns a V.Exa.

Quero agora convidar o Deputado Lira, pelo Bloco Brasília em Evolução.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso, pelo Bloco Juntos por Brasília.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, Deputado Joe Valle, venho a esta tribuna hoje para fazer uma reflexão sobre o sistema político do nosso País e a crise de representatividade que sofremos, expressa nas urnas nas últimas eleições.

Recentemente, foi publicada uma pesquisa que demonstra que 91% da população brasileira – repetindo, 91% da população brasileira – não acredita no atual sistema político. O intrigante e interessante nessa análise que fazemos é que, na mesma pesquisa, 78% dessa mesma população que diz não acreditar no atual sistema político diz que gostaria de participar dos processos decisórios da sua cidade, do seu estado e da sua Nação.

O que eu acho interessante e intrigante é que, muitas vezes, nós ouvimos pessoas dizerem que a população não está interessada na política, mas, na realidade, Deputado Wellington Luiz, que preside a sessão neste momento, a população acompanha a política diariamente. As redes sociais, os *blogs*, os *sites* de notícias, os próprios *sites* das câmaras e das assembleias legislativas têm colocado mais em evidência a atuação do sistema político.

Recentemente, vimos o Governo Federal tomar uma atitude inteligente, que foi colocar uma discussão nas redes sociais, na internet, em relação à medida provisória de reforma do ensino médio, para ouvir todos e não somente alguns. Ouvir aqueles que se mobilizam pelas redes sociais, aquelas pessoas que, muitas vezes, não têm tempo de estar em uma manifestação, mas querem emitir suas opiniões. Muitas vezes, Deputado Raimundo Ribeiro, essas pessoas que querem emitir suas opiniões não se veem representadas em movimentos que se criam, mas querem, Deputado Joe Valle, expressar aquilo que pensam. E as redes sociais hoje vieram para democratizar isso, porque, em qualquer rede social, em qualquer página de relacionamento social, você coloca o que você pensa. Quando você abre o Facebook, no seu perfil, existe uma pergunta que normalmente nós respondemos. E a pergunta que se faz é: o que você está pensando?

Eu acredito que nós temos que aprender com essa ferramenta, porque ela teve um crescimento absurdo. Hoje ela é uma das principais ferramentas de comunicação no País e no mundo que controla o próprio Facebook, que é uma rede de relacionamentos, o Instagram e o WhatsApp. Por que eu digo que nós precisamos aprender com essas redes sociais? Nós precisamos aprender porque elas fazem uma pergunta: o que você está pensando?

A classe política precisa se reinventar para sair dessa crise de credibilidade e de representatividade. E nós só vamos nos mover para sair da crise de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

representatividade, dessa crise política que nós vivemos – eu não falo de crise institucional, não estou falando de *impeachment* de a, b ou c, estou falando do sentimento global da população – se nós fizermos igual ao que essas redes sociais fazem, se perguntarmos para aqueles que nós representamos o que eles estão pensando.

Nós vimos no mundo alguns movimentos que se tornaram partidos políticos e ocuparam posições importantes em seus parlamentos. Aqui eu quero citar o movimento chamado *de la Red*, que aconteceu há pouco tempo na América do Sul; o *Movimiento Ciudadano*, que fundou o partido *Ciudadano*, no México; o movimento *Podemos*, na Espanha, que teve um crescimento absurdo – inclusive elegeram vários Deputados para casa de representantes. Quero aqui citar recentemente, há quatro anos, um blogueiro que criou um partido político, Deputado Ricardo Vale, e que elegeu a primeira mulher prefeita de Roma. Esse movimento não é apolítico, como alguns estão dizendo, como alguns estão falando que elegeram o prefeito de São Paulo, que disse em seu discurso que ele não é político, que elegeram o Donald Trump porque disse que não era político. Não! A principal característica do movimento político que está na nossa nação é que a nossa sociedade quer ser ouvida pelos seus representantes.

Uma característica das pessoas que gostam de ouvir é ter humildade. A humildade precede aqueles que querem ouvir, porque quem quer ouvir não tem opinião formada. Quem quer ouvir quer formar a sua opinião. Por isso, eu acredito – Deputado Wellington Luiz, Deputado Juarezão, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputados que estão na Mesa agora – que esta Casa, que vai passar pela renovação da Mesa Diretora – o prazo máximo para eleições é dia 15 de dezembro –, precisa assumir esse protagonismo. E quando eu falo em assumir esse protagonismo, não é somente com audiências públicas, Deputado Chico Leite, porque, muitas vezes, uma pessoa quer participar das discussões, mas ela não consegue chegar a esta Casa. Primeiro, porque o transporte para chegar aqui é deficitário, não se consegue chegar aqui. E, para aqueles que têm carro, estacionar aqui em volta é a coisa mais difícil do mundo. Ou seja, a acessibilidade à Casa do povo, que deveria ser um local de fácil acesso, infelizmente não existe. E, se parar em fila dupla aqui, comete infração de trânsito e vai tomar uma multa. Mas nós temos instrumentos, Deputado Agaciel Maia, que V.Exa., quando diretor-geral do Senado, empreendeu, instalando a primeira TV legislativa do País, que é a *TV Senado*. E como V.Exa. muito bem disse em seu discurso, hoje, nas assembleias legislativas, qualquer Parlamentar consegue dizer aquilo que pensa não só ao seu eleitorado, mas à sua cidade, ao seu estado por meio da TV legislativa. Eu digo que nós precisamos avançar mais. Deputado Joe Valle, esta Casa precisa empreender. Nós precisamos atualizar a política. Nós precisamos dar um F5 na forma de fazer política, e dar um F5 na forma de fazer política é usar os instrumentos que nós temos de participação social para que as pessoas possam opinar.

Existe, Deputado Chico Vigilante, um *site* chamado Votenaweb. Eu acessei esse *site* na semana passada. Ele tem lá, Deputado Agaciel Maia, todas as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

proposições apresentadas pelos Deputados, e as pessoas, Deputado Bispo Renato Andrade, vão lá, votam nos projetos dos Deputados e deixam seus comentários.

Há pessoas que pensam assim: “Ah, mas são poucas pessoas que participam disso”. Eu vou trazer um número para vocês. Esse *site* foi criado, Deputado Chico Vigilante, no início deste ano. Já existem 10 milhões de pessoas que participam ativamente do Votenaweb. Lá, o Parlamentar do Congresso Nacional tem condições de avaliar se o seu projeto está bom ou está ruim. Existem lá, por exemplo, projetos que foram apresentados e que eu tenho certeza de que, por causa da repercussão que deu no Votenaweb, esse Parlamentar vai retirar o projeto de tramitação. Contudo, existem outros que tiveram um apelo popular e que eu tenho certeza de que os Deputados vão querer aprovar aquele projeto por ter 90%, 95 % de votos favoráveis.

Então, eu acredito que, nos próximos dois anos, esta Casa precisa empreender. O povo que está lá fora espera por isso, espera que nós da classe política possamos fazer a mesma pergunta que o Facebook faz para eles todos os dias: o que você está pensando? Todavia, não é fazer para proselitismo político, é fazer para ouvir e para colocar em prática, para colocar em prática aquilo que a nossa sociedade espera. E, quando eu falo sociedade, não se trata só dos movimentos organizados – que precisam ser respeitados –, mas também daquelas pessoas que não participam de movimento organizado nenhum: do jovem da periferia que pega ônibus todos os dias, acorda quatro e meia da manhã para ser estagiário para, muitas vezes, levar o dinheiro para dentro da sua casa; daquela senhora mãe de família que deixa sua filha com uma cuidadora amiga porque, infelizmente, não há uma creche perto da sua casa. Quando falo do que as pessoas querem, mais uma vez, é disto: de serem ouvidas.

Nós não precisamos fazer mobilizações imensas. Hoje, as redes sociais nos dão oportunidade – Deputado Joe Valle e Deputado Agaciel Maia – de fazer uma transmissão ao vivo gratuitamente para quem estiver assistindo no Facebook. Hoje, as redes sociais nos dão a oportunidade de debatermos com o eleitor por meio de um vídeo: simples assim.

Então, o que eu quero pedir aos nossos Parlamentares é que a Câmara Legislativa do Distrito Federal assuma esse protagonismo no País, porque é possível fazer isso. É possível. As vozes roucas das ruas que não são ouvidas pedem isso. As pessoas querem participar, querem influenciar. Nós precisamos devolver ao povo aquilo que é dele, porque a Constituição Federal diz que todo o poder emana do povo, e nós precisamos devolver ao povo aquilo que é dele, que é o poder de decidir. Nós somos meros representantes da vontade popular.

Obviamente, o Parlamento é formado, Deputado Bispo Renato Andrade, pela diversidade da sociedade. Aqui nós vamos ter Parlamentares mais conservadores, nós vamos ter Parlamentares mais liberais, nós vamos ter Deputados mais à esquerda, mais à direita, mas o que nós queremos é que esta Casa coloque esta cidade para frente, sem saber de lado, de esquerda ou de direita. O que nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

precisamos é recuperar isso, Deputado Wellington Luiz. É possível. Eu acredito que isso é possível porque, juntos, nós podemos mudar esta cidade e nós podemos mudar este País.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos vivendo aquele momento dos colegas que estão surgindo como candidatos a Presidente desta Casa. Eu acho que esse pronunciamento do Deputado Delmasso só o credencia. Eu estou brincando porque é um momento em que todos nós estamos conversando, discutindo o assunto. Mas acho que é um colega que vem demonstrando uma desenvoltura de ver o específico não perdendo de vista o agregado. É importante. Nós vivemos um quadro político extremamente grave no País. Ontem conversava com um colega, Deputado Delmasso, pelo telefone, e falava: “Olha, o processo do *impeachment* da Presidente Dilma tem muitos desdobramentos. Um deles é o desconforto que a sociedade tem, até porque, quando se fez o tratamento do *impeachment*, sequer a condenaram. Ela manteve seus direitos políticos”. Ou seja, nós precisamos agora, de outras maneiras, tentar resgatar esse fosso que nós estamos vivenciando.

O quadro da inquietação social, Deputado Delmasso, não é apenas por uma questão da falta do recurso financeiro para pagar servidores, porque um governante se destaca exatamente na adversidade. Cofres cheios de dinheiro, não há governante que diz que o cofre está cheio de dinheiro para ele gastar como quer. É na dificuldade que ele prova a sua desenvoltura, a sua firmeza de condução e a clareza da opção daquilo que, de fato, é o mais relevante para a sociedade que representa.

Parabéns pelo seu pronunciamento que vem engrandecer esta instituição. Se V.Exa. eventualmente for candidato, acho que é um bom nome para todos nós.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Deputado Wasny de Roure lançou o Deputado Delmasso. Eu quero lançar a Deputada Telma Rufino. Agora é a vez da onça na Presidência.

DEPUTADO DELMASSO – Para concluir, Deputado Wellington Luiz, na realidade não tenho pretensões dessa monta, até porque entendo que sou Parlamentar de primeiro mandato, só tenho um ano e dez meses de mandato nesta Casa. Tenho que aprender muito com os demais pares que estão aqui há mais legislaturas do que eu. Mas o que eu gostaria é que os pretensos candidatos que se colocaram – todos nós sabemos quem são, a imprensa está noticiando – possam adotar esta proposta como princípio no próximo biênio. Não estou pensando na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

eleição, estou pensando no resgate daquilo que nós representamos, que é o povo do Distrito Federal.

Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado! V.Exa. chegou à Câmara com oito anos de experiência. O senhor é muito ladino, é sabido, como se diz no Piauí. Parabéns!

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Popular Solidário Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, demais Parlamentares, todos presentes, eu gostaria inicialmente de fazer uma saudação especial. Acho que esta Casa se sente muito honrada com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, aqui na presença do Dr. Alexandre Queiroz e do Dr. Paulo Alexandre. Quero saudar também a Alessandra, que é Presidente da Associação dos Familiares dos Internos do Sistema Prisional do Distrito Federal.

Venho a esta tribuna, Presidente, para informar que nós, juntamente com o Deputado Delmasso, passamos praticamente dois anos nesta Casa ouvindo sugestões, procurando fazer um trabalho no sentido de que nós pudéssemos normatizar os procedimentos administrativos dentro do Sistema Prisional do Distrito Federal. A gente, muitas vezes, tem dificuldade até para ter notícias do que acontece lá dentro, mas eu aproveitei que, em uma determinada época, como Secretário de Justiça e Direitos Humanos e Cidadania, e o Deputado Delmasso, com todo o trabalho que ele tem junto ao sistema... Nós procuramos buscar a criação de algumas normas procedimentais, para que se evitassem problemas de que tomávamos conhecimento, que, muitas vezes, não tinham mais solução. Mas, evidentemente que, da cabeça do Deputado Delmasso ou da minha, poderiam até surgir algumas ideias, mas não seriam suficientes para que a gente pudesse fazer isso. Então, se fez necessário – e fizemos com muito prazer – a oitiva, a busca da colaboração de diversos outros atores envolvidos nesse processo. Tivemos a oportunidade de receber contribuições da Vara de Execuções Penais, do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional, exercido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, da Comissão de Assuntos Legislativos, da Comissão de Assuntos da Mulher, da Comissão de Assuntos da Criança, também da Ordem dos Advogados. Ouvimos a Dra. Berenice, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Procuramos ouvir os familiares dos internos. Enfim, nós procuramos de todas as formas abrilhantar, tornar esse documento mais denso possível, para que pudéssemos, realmente, oferecer uma contribuição.

Esse agradecimento que nós estamos fazendo a essas pessoas externas à Casa não poderia deixar de estar acompanhado, também, do agradecimento que faço a todos os 24 Parlamentares desta Casa, que, emprestando um crédito de confiança a este Parlamentar e ao Deputado Delmasso, nos permitiram sugerir – e foi aprovado – para que puséssemos em pauta para votação, hoje, em primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

turno. E, ao mesmo tempo, aguardar que, na semana que vem, se possível, nós iríamos colocar em votação em segundo turno, desde que todos os Parlamentares pudessem nos oferecer mais contribuições, porque todos têm. E aí nós iríamos encerrar na próxima semana, se for possível, com a contribuição de todos os Parlamentares.

Agora, falando um pouco desse projeto que nós estamos apelidando de código do sistema prisional, eu diria que, primeiro, nós estamos trabalhando, Deputado Joe Valle, com um local que recebe poucas visitas das pessoas que podem, de alguma forma, influenciar. Normalmente, é um local frequentado apenas pelos familiares, pelos advogados, pelos juízes e pelos promotores. Mas isso não significa que as pessoas que estão lá por algum motivo não possam ter normas de procedimento que lhes garantam aquilo que é o mínimo. E o que é o mínimo? É um tratamento digno, um tratamento humano, realmente.

E esse projeto, inicialmente redigido juntamente com o Deputado Delmasso, não será um projeto do Deputado Raimundo Ribeiro e um projeto do Deputado Delmasso; ele será um projeto da Câmara Legislativa do Distrito Federal, será uma contribuição que a Câmara Legislativa do Distrito Federal ofertará para o Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, eu quero, antes, agradecer a V.Exa. e ao Deputado Delmasso pela sensibilidade, pela iniciativa, mas, muito especialmente, por enxergar a possibilidade de, em várias frentes, chegarmos a um resultado comum.

Ainda ontem eu recebi um telefonema da Dra. Berenice, que me observou que tinha feito, encaminhado a proposta a V.Exa. e ao Deputado Delmasso; que é a mesma posição da Dra. Leila, que é a juíza da Vara de Execuções. De maneira que nós temos aí, com muitas mãos, muitas cabeças, um projeto que contempla aquele que é excluído do excluído no processo social, que é o preso.

Agradeço a sensibilidade de V.Exa. Estamos fazendo o exame do substitutivo que retrata exatamente essa conjugação de perspectivas. Eu achei importante fazer essa observação, e quero dizer que essa é uma vitória de toda a Casa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Muito obrigado, Deputado Chico Leite. Incorporo o que foi dito por V.Exa. É o nosso dever realmente oferecer algo para o sistema, que não tem a normatização. O Deputado Chico Leite, que é professor nas faculdades de Direito, sabe muito bem: a lei – por isso nós buscamos a contribuição de todos os setores, não só para enriquecer o conteúdo – não pode ser algo da cabeça de um; ela tem que materializar o pensamento da sociedade. Nós queremos crer que, com todas as contribuições que foram prestadas e ainda serão prestadas, teremos a oportunidade de oferecer uma lei que vai pegar. A lei que pega é aquela que a sociedade adota como sua.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então, é por isso que eu digo: esse projeto não é do Deputado Raimundo Ribeiro, não é do Deputado Delmasso. É da Câmara Legislativa do Distrito Federal, materializando o pensamento da sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

O Deputado Bispo Renato Andrade não se encontra. Vou pedir licença ao Presidente, o Deputado Juarezão, porque eu também quero fazer uso da palavra como Líder do Bloco Amor por Brasília.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me antecipar ao processo de debates, para não dizer que nós estamos sendo um tanto quanto inconvenientes. Em relação ao PL nº 1.340, nós fizemos um ofício solicitando algumas informações por parte do Poder Executivo, pois é extremamente relevante para nós. O projeto tem algumas características não muito comuns: essa questão do consórcio, no caso são três estados; e a questão também da gestão financeira da Terracap. Então, fizemos por escrito um pedido de informação. Antes de votarmos, seria muito importante para a Casa como um todo ser esclarecida com relação a essas informações.

Eu peço, Sr. Presidente, Deputado Juarezão, que essas informações cheguem antes de entrarmos no momento da votação, porque nós precisamos ter clareza de como o governo pretende administrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bem breve. Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, cumprimento os servidores da carreira de Assistência Social e Socioeducativa, que lamentavelmente são uma das vítimas do calote deste governo, que continua sem solução. Eu acho que esta Casa tem que se manifestar. Eles já vieram aqui algumas vezes, e nós não podemos pregar desesperança a essas pessoas. Eu acho que esse é o sentimento que hoje nós, servidores públicos, temos.

A outra coisa, Sr. Presidente, é parabenizar V.Exa. Hoje de manhã eu fui chamado para uma reunião com o Secretário de Saúde. Estavam presentes V.Exa., o nosso amigo José Flávio, a Daniele e o próprio Secretário Humberto Fonseca. Eu digo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

isso porque acho que é dessa forma que a gente ajusta as adversidades. Temos que ter maturidade para enfrentar aquilo que é contrário aos nossos sentimentos e às nossas vontades. Hoje de manhã, representando o governo, o Secretário fez isso. O Secretário apresentou as ponderações dele, apesar de eu não concordar com tudo. Isso é natural. O que não se pode admitir são outras ações que têm acontecido aqui.

Concluindo essa questão do Secretário, pode ter certeza absoluta de que nós somos extremamente sensíveis. Como Presidente da CPI da Saúde, não tenho dúvida de que estamos no caminho certo, porque nós estamos enfrentando as mazelas que são cometidas na área mais sensível, que é a saúde. Por outro lado, começamos a sentir perseguição. Inclusive, vou noticiar a V.Exa. uma perseguição que o Governador está fazendo aos meus assessores, tentando intimidar um delegado de polícia. Esqueça! A possibilidade de nos intimidar, Deputado Agaciel Maia, é zero. Deputado Joe Valle, é zero. Pelo contrário, mais do que nunca nós estaremos agora empenhados em solucionar o que de fato está acontecendo.

É estranho quando as pessoas começam a intimidar, Deputado Bispo Renato Andrade, os Parlamentares que querem investigar as mazelas que existem. Das duas, uma: ou você não sabe o que está acontecendo, ou você está por trás delas. Isso é fato, e nós não vamos nos intimidar, não temos preocupação com isso. Não adianta estar reabrindo processos contra ex-diretores, para de uma forma ou de outra tentar intimidá-los. Já disse: esqueça! Nós vamos continuar fazendo o nosso papel, e é bom que quem estiver na frente se preocupe mesmo. Mas não vamos cometer nenhuma injustiça.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu quero começar este meu aparte parabenizando V.Exa. pela sua atuação, e quero fazer um comentário à questão do Sindsasc, dos servidores que estão aqui. Este momento é de extrema reflexão, que nós precisamos fazer porque, como disse o meu amigo Deputado Wasny de Roure, é nesse momento que conhecemos o gestor.

Existe um problema importante acontecendo: não há servidor na ponta, onde as pessoas mais precisam. As pessoas estão se aposentando. Nesse período que eu passei na secretaria, mais de duzentas pessoas se aposentaram. Houve o compromisso de que se faria concurso, e se voltou atrás. Não se pode voltar atrás numa área tão nevrálgica como essa da assistência social. Não tem condição de fazer esse tipo de coisa! Se fizer um compromisso, tem que cumprir. A questão do concurso é fundamental para ter as pessoas. O sistema está desfinanciado, unidades estão fechando. Essa é a sensibilidade e a prioridade das coisas que precisam acontecer. É eleger prioridades. Então, fica claro o processo: ou o Governador elege a prioridade, e a questão do lado social é realmente levada com importância... Quem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

faz isso são pessoas. Não existe nenhuma empresa que vá cuidar das pessoas como a carreira de assistência faz. Só o Estado faz isso. Não tem mais quem faça.

Eu queria parabenizar V.Exa. e me colocar à sua disposição para que nós possamos fazer juntos um pedido de que a governança receba o sindicato, mas receba para negociar e dar alguma solução. Receber para dar tapinha nas costas, disso está todo mundo cansado. Parabenizo V.Exa. nesse sentido e me coloco à sua disposição, porque essa questão da saúde, também já não aguentamos mais.

Agora, ali fora, eu estava conversando com uma repórter. A Câmara está fazendo o seu papel, está encaminhando os processos. O governo precisa tomar providências para que a gente tenha o mínimo de esperança, porque esperança a gente já não tem mais.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Parabéns, Deputado Joe Valle. V.Exa. tem um papel importante, até porque V.Exa. conhece a realidade e o sofrimento desses servidores que querem tão somente atender bem à sociedade. Infelizmente, a responsabilidade recai sobre os ombros deles, quando a gente sabe que a culpa realmente é dos governantes.

Quase encerrando aqui, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa.: é importante que o governo entenda que essas adversidades serão transpostas, desde que haja lealdade e respeito. Outra forma de intimidação, esqueça! Esqueça! Ainda mais quando se refere a uma pessoa que tem uma vida digna, como é a da pessoa que eu cito que está sendo perseguida.

Concluo agora, Sr. Presidente, lembrando mais uma vez que tivemos há pouco no Colégio de Líderes uma reunião para tratar dos servidores do SLU – Serviço de Limpeza Urbana. É uma demanda que já advém de quase dois anos. Compromissos e outros compromissos são feitos por esse governo, e a exemplo do que acontece com o Sindsasc, eles também são vítimas do calote. É importante que esta Casa se manifeste, porque até agora não houve nenhum retorno. As pessoas estão lá embaixo esperando e não houve nenhum retorno, nenhuma satisfação por parte do governo. Eu espero que esta Casa, de alguma forma, se manifeste e não permita que isso continue acontecendo.

Muito obrigado. Que Deus olhe por nós, porque este governo realmente nos esqueceu.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como os Comunicados já encerraram, eu gostaria de pedir uma preferência para que nós pudéssemos votar o projeto que trata do código penitenciário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uso da palavra, e acho que é muito importante fazer isso, porque a imprensa se faz presente e muitas pessoas têm nos questionado sobre a suposta denúncia feita ontem pelo Ministério Público sobre a Operação Drácon.

Eu acho, Deputado Raimundo Ribeiro, que é muito importante dizer o que está acontecendo, até porque, é a primeira vez que eu vejo, em um processo judiciário, em vez de protocolar nos autos e chamar uma coletiva, Deputado Chico Leite – anteriormente se fazia assim – foi feito de forma contrária. Chamou-se a coletiva para, depois, informar à Justiça da suposta denúncia contra a Câmara Legislativa. Eu acredito que não traz nenhum fato novo, nenhum fato extraordinário, nada de realmente grave, alarmante.

O que me preocupa muito, Deputado Raimundo Ribeiro, é quando um processo desses se torna não um processo jurídico, Deputado Chico Leite, porque qualquer instrumento de poder que queira fazer uma investigação séria deve se dirigir inicialmente aos autos, protocolar nos autos e, após isso, chamar uma coletiva. Ontem ocorreu algo muito impressionante. Todo mundo teve acesso aos autos antes que o desembargador relator tivesse esse acesso.

Então, é um desrespeito! Primeiro, com as partes, depois com o próprio processo e com o próprio Judiciário. É como se as pessoas pudessem fazer o que quisessem com respaldo ou com apoio da imprensa. Eu não tenho, Deputado Raimundo Ribeiro, autorização para falar aqui em nome de nenhum colega, mas eu estou absolutamente tranquila, porque nós não havíamos ainda entrado no mérito sobre esse processo, porque o único questionamento nosso nos autos foi do nosso retorno à Presidência, mas há, pelo menos, cinco itens, Deputado Chico Leite, que serão foco do que vamos impetrar agora.

Primeiro: Deputado Chico Leite, os falsos testemunhos da Deputada Liliane Roriz e do Adenauer, que serão impetrados nos autos agora, até porque, de forma estranha, isso não foi comunicado ao desembargador relator.

Segundo, Deputado Chico Leite, as informações que sumiram, os 54 mil arquivos também não foram comunicados ao desembargador relator – de forma estranha também. Você tem lá todo o inquérito e isso não foi comunicado ao desembargador relator.

Terceiro: Deputado Chico Leite, as prestações do mandato da Deputada Liliane Roriz, inclusive desta suposta emenda, foi feita de forma vasta e extensa em suas redes sociais. Isso também não foi comunicado no processo.

Quarto: Há várias pessoas que participam desse imbróglio – eu falo que é um imbróglio, em outros termos, a gente usa a palavra conluio –, que participaram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

ativamente deste processo. Algumas delas, Deputado Chico Leite – pisme! –, pagas com recursos públicos, com desvio de função gravíssima. Isso já está materializado nos autos.

Para quem acha que a Operação Drácon teve um grande desfecho, ela apenas iniciou. Ela apenas iniciou. O Ministério Público está cumprindo a função dele como o promotor da lei na defesa dos direitos difusos e coletivos. Se acha que tem materialidade, tem de alegar essa materialidade! No entanto, a partir deste momento, eu acho que cabe a todas as pessoas terminar de contar aquilo que não foi contado, porque – V.Exa. é do MP e sabe disso – a Justiça se movimenta após receber denúncias. Ela não se movimenta pela inércia. Ela é inerte, não pode se movimentar sem que seja provocada.

Eu contava hoje, Deputado Chico Leite, pelo menos, cinco crimes que foram cometidos nesse inquérito. V.Exa. imagina no processo. É algo tão descabível, tão descabível e muito mais midiático pedir o afastamento de Parlamentares...

Nós temos vários outros colegas aqui que também respondem a processos – alguns criminais, outros cíveis –, e sequer foi questionado o afastamento deles no processo, até porque, não há amparo constitucional para isso.

Nós vivemos em um país onde há uma lei-mãe que se chama Constituição. Há um artigo do Ministro Ayres Brito que fala o seguinte: “Salve a rainha ou salve-se quem puder”. A rainha é a Constituição. Então, nem condição jurídica para nos imputar, o tempo todo, a tentativa de dificultar as investigações havia, pois isso não aconteceu.

Agora, Deputado, é muito importante, Deputado Raimundo Ribeiro – e isso tem que ficar gravado neste plenário – é que todos nós somos figuras públicas e temos o direito à defesa, e esse tipo de ação, em que se tenta afastar Deputado de mandato, é com clareza – com clareza –, uma violação do Poder Legislativo. Querem retirar do Deputado o único direito que ele tem, que é o seu direito de defesa.

Eu vou deixar claro para V.Exas.: nem que eu tenha que gastar os meus dois últimos anos de mandato, eu vou botar na cadeia todas as pessoas que participaram desse conluio. Todas elas. Algumas que se acham acima da lei, outros que se acham amigos de promotores, outros que acreditam que mandam em determinado segmento do Ministério Público.

Eu não acredito que uma instituição vai se deixar levar dessa forma, mas os elementos são tão frágeis, são tão ridículos no formato que foi feito, que dá a nós a sensação de falta de seriedade.

A seriedade, Deputado Chico Leite, era se isso tivesse sido protocolado primeiro no Judiciário para, depois, a imprensa ter acesso. Dessa forma, teria sido dado o direito, pelo menos, de aquela pessoa que está sendo acusada ter acesso ao que estão falando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Já é a terceira vez, a terceira vez que isso acontece. Se eu tiver que recorrer ao CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público por perceber que esse tipo de manobra tem se tornado recorrente, eu irei fazê-lo. Irei fazê-lo, sabe por que, Deputado Chico Leite? Porque quando as pessoas chegam aqui sem argumento jurídico dizendo: “Não, tem que afastar os cinco Deputados do mandato”, é quase como uma firula de quem não tem o que colocar no papel e faz o efeito midiático, porque, infelizmente, a população do Distrito Federal não tem conhecimento jurídico necessário para tentar entender o que está acontecendo.

Eu faço esses esclarecimentos a V.Exas. porque vários de vocês aqui, por denúncias ilegais, denúncias fictícias, tudo quanto é tipo de denúncia, podem estar passando ou virem a passar por isso. A gravidade é tão grande, que, se isso acontece, sequer o direito de defesa do Parlamentar, que é um direito de defesa constitucional, será permitido.

Então, eu não tenho preocupação nenhuma. Acho que cada um aqui cumpre o seu papel. O MP cumpre o papel dele que é de fazer a denúncia, e nós respeitamos o Ministério Público, porque é uma instituição em que eu acredito. Há mais de trezentas representações no MP de minha autoria.

Agora eu acho que, para justificar muitas arbitrariedades que aconteceram no passado, começam a cometer outras. Sabe por que, Deputado Chico Leite? Sabe por que até hoje eles não conseguiram algo sério e concreto nessa investigação? Porque a pessoa que deveria ser investigada sequer foi indiciada como réu. Se os áudios valem para acusar os Deputados que falam que não querem, precisam valer para Deputada que fala que quer e, inclusive, quantifica o valor que ela gostaria que tivesse. Então, se há dois pesos e duas medidas, não é essa a instituição que eu acredito que está realmente querendo fazer uma investigação. E há muitas outras ilegalidades que nós conseguimos descobrir com o trâmite do processo. É um direito constitucional meu e de todos os colegas que aqui estão. Portanto, a nossa tranquilidade se faz... Há muitas pessoas que falavam assim: “Poxa, mas eu gostaria que nem tivesse tido a denúncia”. Eu gostaria que tivesse tido a denúncia. Este é o momento de separar o joio do trigo, de mostrar quem está certo e quem está errado. Só têm medo de denúncia as pessoas que fizerem coisas erradas, que tiveram participações ilícitas. E é tão impressionante que, até agora, nós não tivemos acesso às escutas ambientais! Por que não, Deputado Chico Leite? Porque tudo que era positivo para os Parlamentares de certa forma foi omitido. No áudio de duas horas e meia, comigo e com a Liliane, em que falo que sou uma mulher séria, ela me pergunta: “Ah, o que você vai me dar para ser Presidente?” E eu falo: “Nada, eu sou uma mulher séria”. Esse áudio é tão bom para mim, Deputado Agaciél, que sequer foi acostado aos autos, mas será acostado a pedido nosso, a pedido meu.

Eu chego a pensar verdadeiramente na denúncia de servidor fantasma no gabinete dessa moça, sobrinho de um blogueiro. Se vocês pegarem o *blog* dele, de cima a baixo, bate na instituição. E parece que ele tem uma bola de cristal conectada ao MP, porque, tudo que vai acontecer, ele dá com antecedência. É uma coisa que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

chega a beirar o ridículo. Há uma denúncia de que a sobrinha é fantasma. Ou seja, ela paga com dinheiro público para que essas denúncias aconteçam?

Segundo, há seis pessoas da mesma família empregadas aqui no gabinete, um nepotismo cruzado de várias formas, e mais três em administrações também da mesma família. É algo assim também gritante! Não há que se falar que não tem nepotismo, porque nós mudamos a resolução logo depois do caso do Deputado Cristiano Araújo para que nenhum Deputado viesse a incorrer nesse erro. E tivemos esse problema também, que é um problema grave.

Hoje amanhecemos aí com uma notícia da DECAP – Delegacia Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública de que a Deputada Liliane Roriz está envolvida com lavagem de dinheiro. Se há alguém escondendo dinheiro aqui, vocês podem ter certeza de que não são esses Deputados que estão sendo citados, porque, em relação a nenhum de nós, com essa investigação em que houve escuta, em que houve busca e apreensão, em que houve não sei o quê, não se achou lavagem de dinheiro. Mas a Deputada começa a ser investigada pela Decap por lavagem de dinheiro. Talvez aí esteja o dinheiro da propina da Saúde. Vamos investigar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar a presença do Deputado Joe Valle aqui conosco, que foi até recentemente secretário da SEDESTMIDH – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. Nós recebemos uma comissão dos ocupantes da região do Monjolo que receberam auxílio-aluguel apenas uma única vez. Parece-me também que é o mesmo problema dos moradores que tiveram seus barracos demolidos lá no Trecho 3 do Sol Nascente.

Eu faço um apelo, Deputado Joe Valle, para que V.Exa. peça ao secretário esclarecimento de quando serão feitos os pagamentos subsequentes, para que possamos tranquilizar essas famílias.

Obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, logicamente, com toda a vontade do mundo, farei essa gestão, mas eu acho,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Deputado Wasny de Roure, que nós poderíamos fazer juntos, como Deputados desta Casa, esse pedido de informação ao então Secretário da Sedestmidh, à Secretária-Adjunta. Mas, mais que isso, eu acho que nós poderíamos fazer um ofício falando das dificuldades que existem, que isso está se repetindo várias vezes e perguntando por que isso está acontecendo. Eu me coloco à disposição de V.Exa. para que possamos fazer juntos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

Convido os Srs. Deputados que se dirijam ao plenário para iniciarmos a votação.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero voltar, mais uma vez, a bater numa tecla, porque estou cada dia mais preocupado com isso. Aqui eu ressalto a palavra do Deputado Wasny de Roure quando S.Exa. fala que é no momento de crise que conhecemos o bom gestor.

Um amigo meu, um japonês que conheci ainda na minha infância, falava: “Ah, produzir com dinheiro, todo mundo produz. Eu produzo até em cima de pedra. Eu quero ver fazer sem dinheiro”. Essa é a tônica do nosso Brasil. O que é escasso no nosso País é recurso financeiro, e sempre foi. O que estamos vivendo... Aqui nós fizemos uma moção de repúdio à PEC do Teto, não em função desse processo como um todo de austeridade que se coloca, mas é que está se confundindo essa questão de austeridade. A austeridade desmedida, como todos querem fazer... Hoje, acha-se que austeridade é uma coisa... “Olha, esse cara é austero, esse cara é bom demais em gestão”. A austeridade desmedida é tão ruim quanto a falta de controle, mata do mesmo jeito. Então, nós vivemos um momento de extrema dificuldade pela inabilidade de gestão, pela total ausência de planejamento de longo prazo dos estados.

Hoje, pela manhã, eu tive uma conversa com Parlamentares de todos os estados do Brasil que estavam participando de uma reunião com o Ciro Gomes. A situação é dramática em nosso País porque a falta, essa ausência de planejamento de longo prazo é consequência do modelo de democracia representativa que nós vivemos, que causa ruptura completa de quatro em quatro anos em qualquer coisa que se pense relativa a planejamento, porque têm que se fazer novas alianças e essas novas alianças significam alianças por poder e não alianças programáticas.

Então, o que nós vemos hoje no desmonte do Estado, na desculpa da austeridade e de que não existe fazer ajuste sem dor é um propósito que engana o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

cidadão. Isso é perceptível em todas as áreas do governo, porque, neste momento, o cidadão não percebe o Estado, não percebe a saúde, não percebe a segurança, não percebe a educação que está recebendo, não há entrega efetiva. E, agora, a assistência social, que é uma rede de proteção fundamental, que é invisível à sociedade, principalmente à classe média, que não a enxerga nem a quer enxergar, é o espaço onde nós precisamos de um reforço maior, porque, quando se amplia a crise, amplia-se a exclusão do cidadão nessa sociedade de consumo exagerado. Então, essa exclusão, nós não queremos ver, e só o Estado tem a mão para acolher e para reincluir, Deputado Chico Leite, só o Estado. Mas esses pontos normalmente não são prioridade em nenhum dos governos, porque não é barato reincluir o cidadão que a sociedade excluiu, mas é fundamental para a qualidade de vida de todos. E, quando falamos que o único capital que tem condições de resolver esse processo de exclusão é o capital humano, é porque é verdade. São as pessoas que constroem as instituições.

E aqui, Sr. Presidente, quero fazer mais um apelo para além do aparte que fiz na fala anterior: que possamos fazer um trabalho junto à governança, para que possa ser recebido esse pessoal da carreira e tenhamos uma solução, porque não é só a questão do atendimento desses técnicos, mas a do atendimento da população, Deputado Wasny de Roure, que está sofrendo lá na ponta e precisa ser acolhida com políticas públicas. E nós temos uma saída para isso. Existe saída para esse processo, Deputado Wasny de Roure. Inclusive, existe um financiamento do Governo Federal para algumas ações que pode ser incluído nessa questão orçamentária.

Quero fazer um apelo ao nosso governo, para que a gente consiga tratar essa questão de forma minimamente respeitosa com a população. Estamos entrando em um modelo de trabalho em que se está colocando que não há dinheiro para nada, para absolutamente nada, o que é uma desculpa para a má gestão. Se não tenho dinheiro para nada e quero baixar mais ainda meus custos, eu vou acabar com a instituição. Eu tenho é que achar receita suficiente para encaixar esses custos neste momento. E nós temos muitos ativos no Distrito Federal. O Distrito Federal está em uma situação privilegiada em relação ao Brasil. Ora, se estou quebrando e tenho ativo, eu faço um balanceamento, faço o balanço desse processo.

Então, eu gostaria muito, Sr. Presidente e Deputado Agaciel Maia – V.Exa. que é um mestre nessa área –, que a gente entrasse em uma discussão diferente da que estamos entrando. Nunca se tem dinheiro para nada e precisa-se investir, minimamente, nas áreas prioritárias. Agora, se a prioridade é outra coisa, aí vamos começar a discutir de outra forma aqui. Como acredito que precisamos ter como prioridade a área social do Estado, porque essa área é de Estado, eu gostaria de me colocar à disposição para essa discussão e reitero, mais uma vez, a importância de termos essa reunião com a governança, no sentido de discutirmos uma solução para esse processo e para esse problema, que está causando muitos outros problemas na ponta.

Muito obrigado. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas, venho à tribuna hoje para fazer uma análise, embora breve, para o nosso consumo interno, para o debate de toda a sociedade sobre esse episódio recente do Ministro Geddel.

Sr. Presidente, o problema mais grave da corrupção não é o crime em si, que tem lei prevendo processo e punição para ele. O problema mais grave é a cultura institucional da corrupção. É achar que é normal, que é comum, que é possível, Sr. Presidente, usar do cargo, do prestígio do cargo, da força instrumental que um cargo de poder, de agente político, de agente administrativo superior dá sobre as outras pessoas, para procurar obter um proveito pessoal.

Sr. Presidente, a Constituição é clara, e todas as leis do País, não fosse a cultura do respeito ao patrimônio público, no sentido de que todos aqueles que exercem cargo público, seja por investidura em concurso público, seja por eleição, não podem, em hipótese alguma, utilizar-se desse cargo para obter ou para querer obter ou para procurar qualquer tipo de vantagem pessoal para si ou para outrem... Não fosse isso um absurdo, do ponto de vista cultural, é crime. E esse tema é tratado, lamentavelmente, por diversas figuras públicas do País, como algo normal, comum, como algo próprio às rodas políticas, como se o sujeito não devesse, na família e no trabalho, comportar-se, como se o ambiente político permitisse tudo! É por isso que nós estamos, todos nós, políticos, Presidente, muito desgastados com a sociedade, muito pouco acreditados. Momentos como este são importantes para que reflitamos sobre o nosso papel e sobre que relação queremos construir. Esse episódio do Ministro Geddel é profundamente lamentável, mas ocorre em um momento em que, graças a Deus, as instituições estão funcionando, em que uma comissão de ética pública, do próprio governo, instaura procedimento para apurar e em que toda a sociedade pleiteia processo e punição, nos termos da lei, para aqueles que ajam assim.

Eu tenho a opinião, Sr. Presidente, de que as instituições refletem a sociedade que as mantém. Nós precisamos reagir a isso e precisamos criar um ambiente na política que possa ser acreditado pela sociedade, ou daqui a uns dias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

vamos ficar sem possibilidade de dar opinião e virão os *trumps*, os oportunistas, os casuísticos, os pretensos arautos para fazer o que há de pior na política: passar ao povo a ideia da salvação. Os perigos são muitos e nós precisamos aproveitar cada momento desse para refletir e mudar a posição, Sr. Presidente. Fica aqui a minha reflexão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade . (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta noite de hoje, falar de alguns assuntos importantes e fundamentais. Primeiro, quero falar do aniversário, no dia de hoje, da Confederação Nacional dos Vigilantes do Brasil, uma entidade combativa de trabalhadores da segurança privada que hoje está completando 24 anos de idade. Uma entidade gloriosa, que, nesses 24 anos de idade, conquistou uma série de direitos para os trabalhadores da segurança privada, entre eles o risco de vida de 30%, colete à prova de balas e unificação nacional da categoria através da Carteira Nacional dos Vigilantes. Mas adquirimos, acima de tudo, o respeito por parte da sociedade brasileira. Queremos avançar muito mais. Portanto, fica aqui a reflexão a respeito desse aniversário tão importante de uma entidade fundamental para os trabalhadores brasileiros, especialmente os trabalhadores da segurança privada.

A Confederação tem como presidente o meu amigo, o meu companheiro José Boaventura, um baiano, uma pessoa realmente comprometida com os trabalhadores. Portanto, fica aqui o meu apoio, a minha gratidão pela existência da Confederação Nacional dos Vigilantes, da qual faço parte integrando sua diretoria.

Segundo, Sr. Presidente, quero falar de um assunto muito grave. Eu falo dessa decisão do governo golpista do Sr. Michel Temer de fechar 402 agências do Banco do Brasil em todo o território nacional, inclusive aqui em Brasília, demitindo cerca de 8 mil bancários, colocando um sem-número de bancários no chamado PDV – Programa de Demissão Voluntária. Mas, junto com essas demissões, vai demissão de vigilantes, trabalhadores da limpeza, copeiras. E, mesmo só com a notícia, só em saber que as agências vão ser fechadas, dezesseis vigilantes de uma empresa chamada Global já foram demitidos no dia de hoje. Portanto, é mais trabalhador perdendo emprego.

Além disso, Deputado Agaciel Maia, V.Exa., que é do Rio Grande do Norte, todos nós que somos do interior do Brasil sabemos da importância estratégica que tem uma agência do Banco do Brasil para o desenvolvimento de regiões neste País.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Muitas vezes, o único fator de indução de desenvolvimento daquela região é o Banco do Brasil. Portanto, o fechamento das agências do Banco do Brasil é algo brutal! É algo inaceitável, feito pelo governo que parece que veio de encomenda para prejudicar os trabalhadores.

Portanto, é um governo que não teve voto, é um governo que não tem credibilidade e é um governo que está desarrumando a economia deste País, aprofundando ainda mais a recessão, o desemprego e a miséria neste País. Hoje, eu estava verificando que nós já temos cerca de 23 milhões de trabalhadores desempregados por aí pedindo trabalho. Portanto, é grave a situação!

Paralelamente a essa questão da demissão, do fechamento das agências do Banco do Brasil – serão fechadas 402 agências –, vão transformar mais cerca de trezentas agências, Deputado Bispo Renato Andrade, em postos. Posto não é uma agência, portanto, mais descontrole, mais descaso com a economia brasileira.

Além disso, estamos acompanhando ainda a verdadeira falência dos estados brasileiros. Você pega o Estado do Rio de Janeiro, vinte anos de administração do PMDB, e está lá o estado falido. Estamos vendo a situação do Estado do Rio Grande do Sul, também administrado pelo PMDB – antes foi pelo PSDB – estado completamente falido! E o Governador hoje decretou falência financeira, na verdade a falência completa do Estado do Rio Grande do Sul.

Aqui em Brasília, o Governador Rodrigo Rollemberg foi muito injusto com a gestão do Partido dos Trabalhadores, gestão da qual eu tenho a honra de ter grandes companheiros aqui que fizeram parte, e ele sabem que o Governador Agnelo Queiroz não deixou o Distrito Federal quebrado. Entretanto, o Governador do Distrito Federal só sabe falar de dificuldade, só sabe choramingar, só sabe falar de miséria e realmente não faz a gestão do Distrito Federal. E nós estamos vendo agora todo tipo de manifestação. Agora, inclusive, há professores acampados lá no Palácio do Buriti, esperando para serem atendidos, esperando que o governo sinalize com a proposta de pagamento de um direito – que não é um privilégio, é um direito – que é a pecúnia daqueles trabalhadores, homens e mulheres, que estão ali querendo esse pagamento.

E agora, no dia 29, vou realizar uma audiência pública aqui, em conjunto com o Deputado Agaciel Maia, e convido todos os Deputados desta Casa a comparecer. Estamos chamando o Secretário de Fazenda, o Secretário de Planejamento e o Secretário de Educação para que tragam uma proposta que sinalize um pouco de tranquilidade àqueles trabalhadores.

Para concluir, eu quero dizer, Deputado Chico Leite, que o grande culpado disso que ele está chamando de crise é o próprio Rollemberg. Nós votamos aqui nesta Casa a proposta de securitização da dívida, que poderia arrecadar de imediato – V.Exa. votou a favor porque sabia da importância – o equivalente a 4 bilhões de reais. E qual foi a primeira medida do Governador? Ir ao Ministério Público, ir ao Tribunal de Contas e ao Tribunal de Justiça para derrubar a proposta que tinha sido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

apresentada pelo Agnelo. Quando ele apresentou outro projeto, seis meses depois, que não alterava uma vírgula do que tinha sido feito anteriormente, já tinha passado o bonde, já não havia mais banco querendo a dívida ativa do Distrito Federal. Portanto, ele poderia ter tido 4 bilhões de reais nos cofres, mas não quis, jogou fora dizendo que era ele quem sabia fazer, ele quem tinha de fazer. Portanto, usou de descaso, de desídia, e agora está aí o resultado, fica choramingando.

Eu não tenho pena de quem é mal-agradecido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado. É muito rápido. Todo mundo sabe do carinho e do respeito que eu tenho pelo Deputado Chico Vigilante, que é um parceiro e um amigo nosso aqui. Deputado, quando o ouvimos, V.Exa. está certo, está no seu papel, e eu sempre o admirei muito por essa defesa institucional e partidária, mas me parece que o Presidente Michel Temer assumiu o governo há oito anos. A gente se esquece de que toda essa crise, todo esse desemprego foi plantado pelo Governo Dilma. Foi a Presidente Dilma quem causou todo esse impacto negativo no País. Isso é claro. O que o Presidente Temer está fazendo hoje, desculpem-me, é consertar toda a asneira e besteira que foi feita pela presidente anterior.

Desculpe-me, Deputado, mas não é verdade que a economia está andando para trás. Ela começou a andar para frente depois de muitos e muitos anos. Pela primeira vez, depois de muitos anos, começamos a sentir uma melhora. E uma coisa, principalmente, Deputado, há a esperança que a ex-presidente retirou dos corações dos brasileiros. Agora não, há outro momento. Há de se pensar que o Brasil tem cura depois de ter sido adoecido por alguém – desculpe-me, Deputado – que transformou o Brasil em um polo de corrupção. O resultado mostra isso. Seja do PT, do PMDB, do PSDB, quem está envolvido tem de pagar. Tem de pagar! Entretanto, é inegável que toda essa situação foi criada ao longo de muitos e muitos anos. O que o Presidente Temer está fazendo é dar austeridade a este País, dar seriedade. Há gente que diz que a PEC nº 241 é um absurdo. Pode até ser. Agora, deixe-me entender: V.Exa. confia no Presidente Temer, Deputado Chico Vigilante? Não. Então, por que a gente quer lhe dar um cheque em branco para gastar do jeito que ele quiser, quando ele mesmo está dizendo que quer ter um teto para gastos? A gente não consegue entender esta incoerência: não se confia no Presidente Temer, mas se quer que ele gaste tudo do jeito que quiser. O que ele está fazendo é exatamente o contrário, demonstrando seriedade e respeito pelo povo brasileiro, quando ele corta na própria carne, deixa de fazer politicagem para fazer política de verdade, e é isso o que o povo brasileiro merece.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Wellington Luiz, eu só quero lembrar que o Presidente Temer, golpista, era vice da Presidenta Dilma e que o PMDB tinha metade do governo da Presidenta Dilma. Metade do governo era formado por ministros do PMDB.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Talvez tenha sido a parte que funcionou.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Metade! Em relação à corrupção de que V.Exa. está falando, que eu combato diuturnamente, nós estamos vendo o resultado disso agora no Palácio do Planalto. A corrupção chegou dentro do palácio. O Deputado FUNRESPOL – Fundo Especial de Reequipamento Policial, e um dia eu vou explicar para V.Exa. por que é o Deputado Funrespol, que é o Sr. Geddel Vieira Lima, está carimbado como corrupto. Ainda há pouco, o Deputado Chico Leite falou isso aqui. Vejam bem: O cara tem um apartamento num espigão em Salvador e provoca a demissão do ministro porque não influenciou as decisões do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Isso é uma vergonha! Se o governo deste País quisesse moralidade, o Sr. Geddel Vieira Lima não seria mais ministro. Mas não é só ele. Já saiu o Sr. Jucá por causa de corrupção, já saiu o Ministro do Turismo, e vai um por um. E há mais para cair, mesmo sem a chamada grande imprensa fazer o alarde que fazia antes. Mas agora há as redes sociais para denunciar essa camarilha que está dentro do Palácio do Planalto. Na verdade, tomaram de assalto e querem saquear.

Eu falei há pouco aqui, Deputado Wellington Luiz, de quatrocentas agências do Banco do Brasil que estão sendo fechadas. São milhares de trabalhadores sendo demitidos. O que V.Exa. está falando de cheque em branco, V.Exa., que é servidor público, vai ver. Quem vai pagar somos nós, população, com menos segurança, com menos saúde, com menos educação. Não é cheque em branco coisa nenhuma. O que eles querem é arrochar ainda mais a classe trabalhadora brasileira.

Portanto, eu tenho muito respeito por V.Exa., mas discordo frontalmente, porque esse Michel Temer não teve voto, não apresentou um programa, não tem o direito de fazer o que eles estão fazendo com esta Nação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Bom, Sr. Presidente, primeiro a gente tem que entender...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, me permita fazer um protesto. Deputado Wellington Luiz, esse debate antigamente era comigo. Agora V.Exa. tomou o meu lugar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É verdade. Eu assumi esse papel agora. Mas, Sr. Presidente, a gente tem que entender. Parece que nós temos a memória



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

curta, mas, por exemplo, esses desempregos que estão acontecendo agora foram plantados pela Presidente Dilma por causa da sua imprudência, negligência, irresponsabilidade, incompetência e corrupção. A gente fala dos ministros, dos acusados do PMDB. E o Senador Delcídio? E o Mantega? E o José Dirceu? Não vou continuar, senão o Presidente vai ter que me deixar uma hora aqui falando, de tanta gente que foi para a cadeia. Esses já foram. Já estão lá fazendo inclusive as suas delações para poderem colocar outros na cadeia. Mas já estão na cadeia. Já estão presos. Nessas semanas, foram presos alguns – no mês passado. É verdade, o povo da Presidente Dilma... E aí eu não ataco o PT, porque o partido é outra coisa, e eu o respeito muito, Deputado. Mas eu quero dizer a V.Exa. que era um governo de corruptos, tanto é que o resultado foi ouvido nas ruas quando a população disse: “Fora, Dilma”. E era isso de que a gente precisava.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está encerrado o Pequeno Expediente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 195, vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e as extrapauta. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que faça a leitura e inclua na Ordem do Dia para votação o requerimento que requer a transformação da sessão ordinária do dia 8 de dezembro em comissão geral para debater sobre atraso de pagamentos das empresas prestadoras de serviços, e o requerimento meu e do Deputado Agaciel Maia de realização de audiência pública no dia 29 de novembro para debater sobre o não pagamento das licenças-prêmios. São esses dois requerimentos que eu peço que sejam lidos e incluídos na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que votemos os requerimentos e as moções em bloco nesta sessão ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Não havendo manifestação contrária a superar o sobrestamento, passaremos à votação do primeiro item da Ordem do Dia. Porém, antes de iniciar a votação, é necessário proceder à retificação de alguns projetos aprovados em sessão ordinária anterior. Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da primeira retificação.

DEPUTADA TELMA RUFINO – A pedido da Comissão de Constituição e Justiça, foram feitas algumas correções nas emendas nºs 1, 2, 3, 76, 79 e 80 apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.288, de 2016, aprovadas em plenário, conforme relata a comissão. Na redação final do referido projeto de lei, foram realizadas as seguintes correções, relativas às emendas a seguir:

Emendas nºs 1 e 2: a UO – Unidade Orçamentária, que era 9.128, foi corrigida para 28.128;

Emenda nº 3: a UO, que era 9.119, foi corrigida para 28.119;

Emenda nº 76: foi corrigido o programa de trabalho, a ação e o código do subtítulo para 6210.8508.0001;

Emenda nº 79: o total do acréscimo foi corrigido para R\$12.799.989,00 (doze milhões, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais) para se adequar ao valor do cancelamento;

Emenda nº 80: foi corrigida pela solicitação do Memo nº 360/2016, exceto o acréscimo para a UO 18101, que ficaria em desacordo com a programação da reserva de contingência, mantendo-se, portanto, a UO 90101.

Em virtude da apresentação de várias emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.288, de 2016, o Relator da matéria pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não se manifestou sobre as Emendas nº 65, nº 68, nº 72 e nº 78. Desta forma, para sanar o equívoco processual, retorno o processo à CEOF para que se manifeste sobre as Emendas nº 65, nº 68, nº 72 e nº 78.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir que, por gentileza, V.Exa. coloque como item extrapauta o Requerimento nº 2.132, de 2016, que propõe a realização de audiência pública para debater a questão da comissão de orçamento, e o Requerimento nº 2.160, de 2016, que trata do orçamento da educação do Distrito Federal. São dois requerimentos: o Requerimento nº 2.132, de 2016, e o Requerimento nº 2.160.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato o pedido do Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as Emendas nºs 65, 68, 72 e 78 ao Projeto de Lei nº 1.288, de 2016.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nosso parecer é favorável às emendas de plenário nºs 65, 68 e 72, por se tratar tão somente de remanejamentos de emendas dos Srs. Parlamentares.

Portanto, reafirmo aqui, mais uma vez, nosso parecer favorável às respectivas propostas dessas emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Por fim, ratifico a votação do projeto, em primeiro turno, com 17 votos favoráveis e 7 ausências e, em segundo turno, com 13 votos favoráveis e 11 ausências, proferida na sessão de 8 de novembro de 2016, bem como a apreciação da sua redação final.

Solicito a leitura da segunda retificação.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Em virtude da apresentação de várias emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.109, de 2016, o Relator pela Comissão de Constituição e Justiça não se manifestou sobre a Emenda nº 4, aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Desta forma, para sanar o equívoco processual, retorno o processo ao Relator da CDESCTMAT para que se manifeste sobre a Emenda nº 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Retorno a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Aditiva nº 78, de autoria do Deputado Joe Valle, um remanejamento que ele faz de vários cancelamentos. Eu me lembro bem dessa emenda. Eu dei o parecer, mas a gente pode cometer um equívoco. Ele faz vários cancelamentos de emendas deles e transfere 375 mil reais para reserva de contingência, conforme orientação do pedido do governo. O meu parecer foi favorável à referida emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Então, apenas confirmando aquilo que já tinha sido o relatório, mas talvez, por um lapso aqui, o sistema não registrou. Então, nosso parecer é favorável à Emenda nº 78 também.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda nº 4 referente ao Projeto de Lei nº 1.109, de 2016.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa nº 4 ao Projeto de Lei n.º 1.109, de 2016, que “dispõe sobre medidas e diretrizes a serem adotadas nos casos de reassentamentos e reordenamentos compulsórios e involuntários de ocupantes de áreas afetadas pela execução da Política de Regularização Fundiária de Interesse Social do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à admissibilidade da referida Emenda nº 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Por fim, ratifico a votação do projeto em primeiro turno, com 17 votos favoráveis e 7 ausências, e, em segundo turno, com 13 votos favoráveis e 11 ausências, proferida na sessão de 8 de novembro de 2016, bem como a sua redação final.

Vamos à última retificação.

Eu gostaria de informar que, quando da apreciação nas comissões do Projeto de Lei Complementar nº 37, de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça não se pronunciou sobre a Emenda nº 1 apresentada e aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nesse sentido, solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda nº 1 aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa nº 1 da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 37, de 2015, que “altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis pela admissibilidade da referida emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Por fim, retifico a votação do projeto, em primeiro turno, com 17 votos favoráveis e 7 ausências; em segundo turno, com 13 votos favoráveis e 11 ausências, proferida na sessão de 8 de novembro de 2016, bem como a sua redação final.

Encerradas as retificações, solicito a leitura dos itens extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 308, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “institui o Código Disciplinar Penitenciário do Distrito Federal”.

Tramitação concluída. Apresentada uma emenda substitutiva ao projeto. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre a emenda.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 308, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “institui o Código Disciplinar Penitenciário do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Sr. Presidente, só uma observação: de fato, o Projeto de Lei nº 308, de 2015, é um substitutivo apresentado pelo Deputado Raimundo Ribeiro e pelo Deputado Delmasso, num esforço conjunto, reunindo várias concepções. Não há nenhum problema formal. Eu conversei com o Deputado Raimundo Ribeiro e com a comissão da OAB aqui presente para que a gente possa caminhar um pouco, votando o primeiro turno, e na semana que vem – até a semana que vem –, a gente trabalhe sobre uma comissão, Sr. Presidente, para reduzir os pontos de dissenso. Acho que isso é fundamental, porque todos buscamos um objetivo comum. Mas há, pelo que verifiquei da avaliação do Ministério Público, diferenças de propostas e de acolhimentos. Mesmo assim, nós conversamos com o Deputado Raimundo Ribeiro, e a proposta é que a gente vote o primeiro turno, e entre o primeiro e o segundo turno, se faça essa comissão.

Eu queria deixar registrada essa tese. O Deputado Raimundo Ribeiro também demonstrou concordância; o Deputado Delmasso também, com quem conversei. A comissão da OAB está aqui presente. Eu quero agradecer, imensamente, ao Dr. Alexandre, de maneira que o Ministério Público e o Poder Judiciário possam participar, efetivamente, desse trabalho em conjunto, desse esforço final com que todos vamos ganhar.

Portanto, no âmbito desta comissão, manifesto-me pela admissibilidade: a emenda segue o mesmo roteiro do projeto inicial, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na discussão que nós tivemos no Colégio de Líderes, nós externamos para o Deputado Raimundo Ribeiro e para os demais colegas presentes, que primeiro – seja porque não participamos na comissão, e a representação que nós tínhamos lá na comissão não está mais, hoje, no Bloco do Partido dos Trabalhadores, e como é uma matéria específica da Comissão de Constituição e Justiça e é uma matéria bastante densa – nós iríamos dar o nosso voto em confiança, sabendo que até o segundo turno nós poderíamos fazer as mudanças que entendêssemos ser necessárias.

Diante desse compromisso, nós votaríamos na matéria, até porque ela foi apreciada numa comissão, foi debatida, há mais de um ano vem sendo trabalhada por vários colegas Deputados, destacando aqui inclusive a audiência que o Deputado Raimundo Ribeiro promoveu nesta Casa. Então, não queremos ser um óbice, mas também não podemos aqui ser irresponsáveis com a cidade que nos delegou essa representação. Primeiro e segundo turno existem para isso. Nós estaremos votando, mas isso não impede que, no segundo turno, possamos apresentar eventuais mudanças se entendermos que será necessário.

Eu peço a compreensão dos colegas, mas o nosso voto estará condicionado a essa posição preliminar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Presidente, eu quero reafirmar o que foi colocado pelo Deputado Chico Leite e pelo Deputado Wasny de Roure. Realmente foi esse o acordo que nós fizemos no Colégio de Líderes, e eu poderia até ousar aqui sugerir que, já na próxima quinta-feira, depois de amanhã, se todos estiverem de acordo, façamos essa primeira reunião com todos os atores. Aí eu queria saber da assessoria do Deputado Chico Leite, do Deputado Wasny de Roure, do PT, da OAB, do Deputado Delmasso, e o Deputado Chico Leite certamente convidaria a Dra. Berenice.

Deputado Chico Leite, quinta-feira, às 15 horas, na 1ª Secretaria, pode ser? V.Exa. convidaria a Dra. Berenice? A OAB é ok, Alexandre? Deputado Wasny de Roure, sua assessoria é ok também, quinta-feira?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Presidente, se V.Exa. me permite, eu gostaria de fazer uma ponderação ao Deputado Raimundo Ribeiro. Poderia – porque nós teríamos o prazo de estudo até segunda-feira – ser segunda-feira que vem? Porque não votaríamos antes de terça-feira.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Então, onde se ouviu quinta, ouça-se segunda, ok? Porque inclusive é véspera e a gente já faz os... Ok, Deputado Delmasso? Segunda, às 15 horas, no gabinete da 1ª Secretaria. Deputado Bispo Renato Andrade? Perfeito.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o substitutivo está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 308, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Quero cumprimentar o Dr. Alexandre, Presidente da OAB, e marcar aquele encontro em Brazlândia. Um abraço.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.327, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 29.200.000,00 (vinte e nove milhões e duzentos mil reais)”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 2 abstenções, do Deputado Bispo Renato Andrade e do Deputado Wellington Luiz.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.287, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 525.249,00 (quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais)”.

A proposição não recebeu o parecer da CEOF.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.287, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 525.249,00 (quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais)”.

Estando o projeto nos termos do art. 64, inciso II, alínea *b*, do Regimento Interno, estando organizado e do ponto de vista orçamentário de acordo com as normas, sou de parecer favorável à admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 3 abstenções, do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Bispo Renato Andrade e do Deputado Wellington Luiz.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.287, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 3 abstenções, do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Bispo Renato Andrade e do Deputado Wellington Luiz.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.348, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 597.031,00 (quinhentos e noventa e sete mil, trinta e um reais)”.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.348, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 597.031,00 (quinhentos e noventa e sete mil, trinta e um reais)”.

Estando a matéria devidamente instruída nos termos do art. 64, inciso II, alínea *b*, do Regimento Interno, sou pela admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto é quase que integralmente destinado à propaganda e publicidade da Agefis. Eu não consigo entender do que a Agefis pretende fazer propaganda, se é das demolições, se é de quantas mil famílias estão desalojadas...

Então, eu vou me abster nesse projeto, porque eu entendo que ele não atende aos interesses públicos que cabe a esse órgão executar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Só para esclarecer que essa publicidade trata de publicações no Diário Oficial, de cumprimento à Lei nº 8.666, que exige que, quando for fazer alguma licitação, faça a publicação no Diário Oficial durante três dias e em dois jornais de grande circulação. Então, não é propaganda institucional. É apenas um valor para que a Agefis publique o que a lei exige. Portanto, eu queria prestar esse esclarecimento ao Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um esclarecimento ao Deputado Agaciel Maia, relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Está autorizado a gastar quanto? Deputado Agaciel Maia, o projeto autoriza o Distrito Federal a gastar quanto na Agefis?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Chico Vigilante, só um instante. Eu acho que o Deputado Wasny de Roure tem o valor. Não tem, Deputado?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu quero saber o montante.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas pontuar que durante todo o ano a Agefis gastou 120 mil reais. Com menos de trinta dias, ela vai ter quase meio milhão para gastar com Diário Oficial. Eu acho meio exorbitante. Nós já estamos encerrando o ano, e vai ter muito Diário Oficial por aí. Hoje o Diário Oficial é quase todo informatizado. Então, não estou conseguindo entender esse gasto com Diário Oficial.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Parar discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho tido aqui a maior paciência com o governo. Não dá para aceitar isso. Peço ao Líder do Governo que retire este projeto de pauta. Se não retirar, eu peço ao Plenário que o derrote. Não dá para aceitar, Deputado Wellington Luiz, um Estado que se diz pretensamente quebrado... Está quebrado, não tem dinheiro para pagar os professores que estão lá, nem para pagar os assistentes. Como vai gastar 462 mil reais em publicidade da Agefis? Vai publicizar o quê? Até porque eu duvido que exista um órgão que tenha mais publicidade gratuita do que a Agefis. Aonde ela vai, todos vão atrás para mostrar ela derrubando: *Globo*, *Record*, até o *Metrópoles*. Está todo mundo, porque é notícia, e notícia a imprensa dá. Pagar 462 mil reais? Eu acho que tudo tem limite.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Chico Vigilante, estamos tratando de projetos diferentes. Esse Projeto de Lei nº 1.348, que acabei de relatar, é inerente a dotação orçamentária, a remanejamento de 92 mil para a Secretaria de Planejamento, 204 mil para a Companhia do Metropolitano – Metrô DF, e 300 mil para o Instituto de Previdência dos servidores. Eu acho que nós estamos falando...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou falando da informação que eu tive da Agefis: 462 mil.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – O projeto que eu acabei de relatar é o 1.348, de 2016, ao qual dei parecer favorável.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É importante a gente checar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Onde está a Agefis? No escuro eu não voto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – V.Exa. está tratando do projeto constante do item nº 2, que já foi votado. É o Projeto de Lei nº 1.287, Deputado Wasny de Roure. O crédito já foi votado. Eu quero apenas esclarecer, como relator, que já votamos o projeto da Agefis. Nós estamos tratando do Projeto de Lei nº 1.348, constante do quarto item da pauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Vamos derrotá-lo em segundo turno.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É isso que eu ia sugerir agora, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Entendi, Deputado. Faremos a discussão em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – No segundo turno nós vamos derrotá-lo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Perfeito!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Até porque aqui, digamos, a gente comeu mosca: 462 mil para a Agefis?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ainda bem que eu me abstive, Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Portanto, eu quero pedir o apoio da Casa para derrotarmos o projeto em segundo turno. A Agefis continua fazendo o trabalho dela. Se fosse para comprar a gasolina, o óleo diesel para os tratores, até que, desde que fosse claro, dissesse onde ia derrubar...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Aí era pior. Não era? Aí é que não pode mesmo!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Mas que dissesse. Propaganda, rapaz? Propaganda?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu quero me irmanar com o Deputado Chico Vigilante, para provar que a gente não vive só de brigas, não. Tapas e beijos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos derrotar no segundo turno. Vamos continuar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu peço o apoio para derrotar no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente eu também quero discutir, até porque o assunto é muito sério, e eu acho que o Deputado Chico Vigilante abordou algo com o qual esta Casa precisa se preocupar. Quase meio milhão de reais para poder gastar em publicidade, para poder divulgar o sofrimento da população – é uma verdadeira covardia o que essa Agefis faz –, esta Casa não pode, em hipótese nenhuma, convalidar uma ação como essa.

Deputado, eu queria saber quem é o Líder do Governo. Tem Líder do Governo?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Já apareceu o Deputado Delmasso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Apareceu? Não faça isso com o meu Deputado não. Você acaba com a vida política dele.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, para concluir, eu quero dizer o seguinte: eu conheço o Diário Oficial do Distrito Federal e sei do contrato para rodar o Diário Oficial do Distrito Federal. O Diário Oficial do Distrito Federal, eu sei onde era rodado, sei quanto custava. Não custava 400 mil por ano. Como se vai pagar 400 mil por mês? A não ser que o Diário Oficial agora esteja sendo imprimido em ouro, cravejado de platina, com 462 mil. Quanto a esse projeto, não há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srs. Deputados, na realidade, o Relator não soube esclarecer quando leu o relatório. Vamos aqui por partes.

O Projeto de Lei nº 1.287, que abre crédito de R\$525.249,00 (quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos e quarenta e nove reais), é um recurso que já foi votado. Um grupo de Deputados, inclusive eu, abstivemo-nos. Trata-se de um recurso destinado à Agefis, para fazer propaganda e publicidade.

O item nº 4, que é um projeto de lei que abre crédito de R\$597.031,00 (quinhentos e noventa e sete mil e trinta e um reais), na análise da assessoria da Liderança do PT, não há problema, o projeto pode ser votado favoravelmente. É um recurso destinado ao IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, como também a fortalecer outras atividades, entre elas, atividades familiares etc.

Portanto, nosso voto será favorável, nesse caso, ao parecer do item nº 4, ao Projeto de Lei nº 1.348. Quando o outro projeto for votado no segundo turno, aí, sim, votaremos contra, mas nesse, sugiro aos colegas que votemos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.348, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure o esclarecimento.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. e todos os Deputados sabem que eu não defendo o absurdo. Para o que é absurdo, eu sequer uso o plenário para fazer defesa. Eu defendo o que é justo. Todos nós sabemos que um dos princípios da administração pública é a publicidade. Qualquer ato, contrato, nomeação, portaria, designação, é feito e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. Nós sabemos que a Agefis é um órgão da administração indireta e, por ser um órgão da administração indireta, infelizmente não é contemplada com a isenção de pagamento na publicação do Diário Oficial do Distrito Federal. Então, ela precisa pagar a sua publicação toda vez que o faz, seja para qualquer ato administrativo que ela colocar. Conversando agora com a Presidente Bruna, tirando o mérito da ação da Agefis, quero deixar claro aqui, Deputado Wellington Luiz, que a informação que nos foi repassada é que esse valor vai servir para saldar uma dívida que a Agefis tem com o Diário Oficial do Distrito Federal, desde o ano passado para este ano. Não é um valor mensal a ser pago, mas sim uma dívida que a Agefis tem com o Diário Oficial. Para saldar essa dívida, é necessário que se faça esse remanejamento. Existe esse contrato que é feito por dispensa de licitação, para que a Agefis publique seus atos administrativos no Diário Oficial. Eu também seria contrário, se fosse colocado recurso numa agência de fiscalização para fazer publicidade e propaganda, no momento em que nós vivemos. Mas para que essa agência – não estou falando dos atos, não estou aqui defendendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

os atos que ela tem praticado – pudesse cumprir o direito constitucional estabelecido também na lei de licitações, e cumprir dentro do Direito Administrativo, em que há o direito da publicidade, foi feito esse remanejamento de crédito para o pagamento, para saldar as dívidas que a Agefis tem com o Diário Oficial do Distrito Federal.

Só para esclarecer, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, o código que está no projeto de lei se refere a pagamento tão somente deste ano. Então, tem um negócio aí meio estranho de dívida de exercício anterior. Isso não está consignado no projeto de lei de V.Exa., mas tem que estar. Dívida de exercício anterior não está especificada neste projeto!

Portanto, tem algo estranho aí. Só para esclarecer os colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu acho que nós estamos discutindo o projeto errado.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Eu só queria explicar, Deputado Wasny, que realmente V.Exa. tem razão, mas existem débitos da Agefis referentes a publicações realizadas neste ano. V.Exa. foi secretário e sabe que todo mês as empresas públicas e os órgãos da administração indireta precisam efetuar o pagamento.

O que eu disse foi o seguinte: esse recurso vai servir para saldar este ano, mas a Agefis também deve do ano passado. No projeto não está citado isso. O projeto cita as dívidas que a Agefis tem neste ano. É verdade o que V.Exa. colocou. Então, são as dívidas que a Agefis tem de publicações realizadas no ano de 2016, referentes à publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, visando cumprir o princípio constitucional da publicidade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Cabra bom! Por isso eu defendo a indicação de V.Exa. como Líder do Governo! Explicou direito.

Eu quero esclarecer que a maneira de esta Casa retaliar a Agefis não é por meio desse crédito. Eu acho que pode ser na proposta orçamentária nos recursos destinados a operações, na própria proposta orçamentária para 2017.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – De forma alguma, Deputado. A colocação de V.Exa. é extremamente inapropriada. V.Exa. é um Deputado extremamente inteligente. Ninguém está querendo retaliar ninguém não, muito pelo contrário, nós é que temos sido retaliados. Nós é que temos sido retaliados! Permita-me discordar frontalmente de V.Exa.!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Se for para votar contra a Agefis, eu sou um dos mais simpáticos a esse voto contrário. Agora, cumprir uma dotação orçamentária em que está restrita... Por isso eu quero fazer esta questão de ordem, Presidente. Acho que V.Exa. deve retirar do segundo turno essa votação e convocar – não sei se tem lá na Agefis DAG ou o quê – alguém para que traga a planilha com as contas que ela deve ao Diário Oficial para nos mostrar para que votemos esse projeto na próxima terça-feira. Sugiro a V.Exa. que retire o projeto de pauta e peça à Agefis que apresente as contas que deve ao Diário Oficial para que convença este Plenário a votar na próxima terça-feira este projeto.

Eu quero pedir desculpa ao meu professor Wasny por ter feito apoio ao Líder do Governo, o Deputado Delmasso, por ter falado com a Bruna. Acho que de todo mundo aqui só S.Exa. consegue falar com ela. Eu mesmo nunca falei. Quis apenas enaltecer a fala do nobre Deputado Delmasso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Esclarecido o assunto, vamos...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Vou falar rapidamente, Presidente. Só quero dizer que o Deputado Wasny acabou de lançar o Deputado Delmasso como Presidente e o Deputado Agaciel acabou de derrubar essa indicação.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vai ser feita a votação agora?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vai.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Então, depois da votação faço a questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado. Retorno à discussão do parecer ao Projeto de Lei nº 1.348, de 2016.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 2 abstenções, uma do Deputado Bispo Renato e outra do deputado Wellington Luiz.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.348, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 2 abstenções: Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Wellington Luiz.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Plenário para que as discussões acaloradas ficassem para a próxima terça-feira, porque estou com o pessoal esperando para uma audiência pública nesta Casa, e é necessário que essa audiência aconteça.

Eu agradeço a V.Exa. Vamos deixar esse debate acalorado para a próxima terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.340, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 25.313.932,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e treze mil, novecentos e trinta e dois reais)”.

Consulto o Deputado Wasny de Roure se foi esclarecida a dúvida de V.Exa. sobre o projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, veja bem, o governo mandou a resposta, mas ela está incompleta no meu modo de entender. Eu vou explicar aos colegas Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

A primeira coisa que é a nossa chatice, a gente sabe que o governo vai ter algumas dificuldades porque S.Exa. depende de informações do Estado de Mato Grosso e do Estado de Goiás quanto às suas programações orçamentárias, porque é consórcio – é consórcio. Então, nós precisamos ter um pouco de cuidado. Eu quero lembrar aqui aos colegas o que diz o art. 19. Não precisa ninguém ficar nervoso.

O que diz o art. 19, Deputado Raimundo Ribeiro, da LDO: “As unidades integrantes da Lei Orçamentária Anual só podem destinar recursos financeiros ao desenvolvimento de ações aos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, se houver contrapartida desses municípios ou dos governos estaduais”.

Cabe, sim, a nós que temos, sim, a cara de sermos extremamente chatos, alertar os colegas Deputados sobre o que diz a LDO, ou seja, isso é um consórcio. Portanto, o projeto que trata desse consórcio tem que especificar quais as programações orçamentárias dos dois estados. Se eles não têm, o governo tem que dizer: “Olha, não obtivemos as informações”. É o que está previsto na lei. Eles não podem nos fazer de idiotas.

A outra questão do Projeto de Lei nº 1.340, de 2016, Sr. Presidente, Deputado Juarezão, refere-se aos juros decorrentes do capital, do capital próprio. Ora, Deputado Raimundo Ribeiro, esses juros não são só da Terracap, parte deles é da União. A Terracap respondeu apenas o que é a parte dela. Nós precisamos saber o que o governo ou o que a Terracap tem a dizer da parte da União. Ela pode simplesmente dizer: “Olha, nós não pagamos ou não vamos pagar ou está em discussão ou alguma coisa”. Nós merecemos respeito e consideração.

Eu acho, Sr. Presidente, sinceramente, se for para nós votarmos de maneira absolutamente responsável, este projeto não tem condições de ser votado hoje. Eu estou aqui, minha bancada tem estado aqui para dar *quorum*, mas nós queremos que esta Casa cresça, que esta Casa esteja de cabeça altiva e tenha o respeito de outros poderes. Esta casa não pode simplesmente votar para resolver isso, para resolver aquilo, se aquilo que o próprio governo propôs não é atendido por ele.

Então, Sr. Presidente, não temos condições de votar esta matéria hoje. Eu lamento, porque foi indagado pelos colegas. Eu disse lá na liderança que tudo bem. Depois, fui advertido pela assessoria com relação a alguns problemas. Eu apenas estou fazendo uma defesa da posição política desta Casa. O governo tem que dar... Eu recebi agora. Ótimo! Eu recebi a correspondência da Secretária Leany. Excelente resposta, chegou no momento adequado, mas ela está incompleta, Sr. Presidente.

Então, eu acho que é natural que o governo tenha algumas limitações no que tange aos outros estados, mas não no que tange à Terracap. Se a Terracap não resolveu o problema com a União ou herdou do governo passado – pois me parece que o governo passado há muito não passava os dividendos para o Governo Federal –, tem que constar num documento. Isso faz parte. Só isso, Sr. Presidente.

Eu acho que não há condições de ser votado esse projeto hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui, primeiro, agradecer ao Deputado Wasny de Roure pelo esclarecimento. Eu acho importante que, realmente, esta Casa possa votar os projetos com a tranquilidade de saber o que está votando, para que não tenhamos atropelos. E não quero crer que, de hoje para amanhã, tenhamos maiores problemas. Ao que me consta, amanhã nós teremos sessão. Não é isso? Se nós teremos sessão, eu não vejo por que, Deputado Wasny de Roure, não possamos, de repente, até votar amanhã. Agora, realmente, quanto a votar hoje, eu confesso que a fala de V.Exa. é muito esclarecedora, mas termina colocando... Por exemplo, no meu caso, eu, que não tenho muita atuação nessa área de orçamento, de finanças, essas coisas todas, fico inseguro para votar. Eu quero votar, eu quero ajudar a resolver os problemas. Agora, pelo conhecimento que V.Exa. tem, eu quero dizer que, se puder orientar o meu bloco, eu o oriento no sentido de que acompanhe a posição de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Juarezão, veja bem, esse projeto é extremamente importante. Vamos aqui dissociá-lo dos óbices técnicos à matéria na proposição do governo e das informações que foram encaminhadas, que não são suficientes. Esse projeto é extremamente importante. Eu felicito o Governador Rollemberg, porque S.Exa. vem criar uma cultura entre os municípios da Ride e o Distrito Federal, do Entorno. Esse é o procedimento correto. Como eu disse a V.Exa., eu felicito. Agora, eu quero fazer a coisa conforme o figurino diz. A LDO é proposta do governo. Parece-me que isso não foi emenda de Deputado. Isso foi da própria proposta do governo, que estabeleceu isso, como também a questão dos juros, dos dividendos provenientes da Terracap. Ela fala pelos dela. E os da União? Não precisam ser ditos? Precisam, têm que ser ditos. Até porque, pelo que me consta, 49% da Terracap não é dela mesmo, é da União.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, salvo engano, esse projeto fala sobre o pagamento de um consórcio que, inclusive, foi aprovado nesta Casa no ano passado e virou lei, a Lei nº 5.553, de 6 de novembro de 2015, que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os estados para a constituição do chamado Consórcio Brasil Central.

Na lei que foi aprovada... Inclusive eu fui o Relator na CDESCMAT, o Deputado Agaciel Maia foi o Relator na Comissão de Economia, Orçamento e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Finanças, a Deputada Sandra Faraj foi a Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, e esse projeto foi aprovado em plenário. O projeto, que, em anexo, traz o estatuto do consórcio, cita que os entes que fazem parte do consórcio têm que fazer uma contribuição ao consórcio. Essa contribuição, inclusive, foi fator de um questionamento meu antes da aprovação do projeto. Eu questionei, à época, dentro do Colégio de Líderes, questionei à Secretária Irani, questionei ao Secretário da Fazenda à época, o Pedro Meneguetti, salvo engano, questionei o pagamento do valor pela participação do Distrito Federal e até mesmo se isso tinha embasamento legal. A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer dizendo que existia embasamento legal para fazer o pagamento, que era como se fosse uma mensalidade do Distrito Federal para participar do consórcio. E isso está previsto na lei que foi aprovada no ano passado, a Lei nº 5.553, de 06 de novembro de 2015.

Então, assim, pelo meu entendimento, pelo meu pequeno entendimento, esse consórcio não se envolve com o art. 19 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo em vista que esse consórcio envolve estados que estão fora da Ride, como o Estado de Tocantins, o Estado de Mato Grosso, o Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado de Rondônia. Ou seja, o Consórcio Brasil Central não é a Ride.

Então, eu acredito que, tendo em vista o que está disposto na legislação que nós aprovamos nesta Casa por unanimidade, a criação desse consórcio embasa esse crédito para o pagamento, tendo em vista que o Distrito Federal é signatário da criação do Consórcio Brasil Central. Ora, a partir do momento em que o Governador assina e nós ratificamos esse protocolo, nós assumimos o compromisso de fazer o pagamento para manutenção do consórcio. À época, eu questionei, mas nós aprovamos. Então, se aprovamos, não podemos deixar de honrar esse compromisso.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Existe alguma dificuldade de deixarmos de votar hoje e votarmos amanhã? O mundo vai acabar? Esse consórcio vai deixar de existir? Qual o problema?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me, Deputado Delmasso, seria bom reportar a cláusula 33 da LOA – Lei Orçamentária Anual, que trata exatamente dessa mesma questão e faz a mesma exigência se parte das áreas ou dos estados não está contemplados pela LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. A cláusula 33 estabelece: “O contrato de rateio deve ser formalizado anualmente, para cada exercício financeiro, de acordo com a programação orçamentária da Lei Orçamentária Anual – LOA de cada ente consorciado, em conformidade com os Planos Plurianuais – PPA e com os contratos de programa.”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que algumas matérias, se não forem votadas hoje, com certeza, amanhã não serão. Ora, coloque em votação, Sr. Presidente. Se tiver que perder, perdeu, mas vamos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A proposição não recebeu o parecer da CEOF. Foram apresentadas 25 emendas da CEOF.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.340, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 25.313.932,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e treze mil, novecentos e trinta e dois reais)”.

Sr. Presidente, essas emendas apresentadas são de remanejamentos feitos pelos próprios Parlamentares. Então, o Projeto de Lei nº 1.340, no entendimento deste Relator, está de acordo com o nosso Regimento Interno. As emendas apresentadas são simplesmente de remanejamento. São 25 emendas apresentadas pelos Parlamentares, que também tentam, nessa exiguidade de tempo, até o final do ano, fazer remanejamento para que haja uma eficácia em suas emendas.

Eu sou de parecer favorável à admissibilidade e à aprovação do referido projeto e das respectivas emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – É esse mesmo, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Ah, então a minha proposta não foi acolhida, é isso? V.Exa. quer que vá à votação? Não é possível aguardar as informações para que nós possamos melhor instruir o processo?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não, esse é o projeto do consórcio, dos 25 milhões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 11 2016	16h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Deputado Agaciel Maia emitiu o parecer.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada...

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos que pedir verificação de *quorum*. Se colocarmos em votação sem *quorum*, acredito que o projeto nem prospera, salvo engano.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos verificar o *quorum*.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que não há mais *quorum*, mas quero fazer uma sugestão. Quero que o governo preste as informações que ainda estão faltando, porque quero votar a favor desse projeto. Eu votei aqui pela criação do consórcio, portanto, não posso privar de pagar a participação no consórcio. Precisamos ter coerência nas coisas. Eu fui coerente para votar. Acho que é importante o fortalecimento do Entorno, acho que os municípios do Entorno estão ferrados, acho que eles precisam de nós, assim como precisam do governo, da União; agora, que tragam as informações! Dizer que amanhã vai haver *quorum* é bobagem. Não vai ter haver *quorum* amanhã. Portanto, que tragam as informações!

Peço a V.Exa. que coloque esse item como primeiro de pauta na próxima terça-feira. Eu quero votar a favor porque quero fortalecer esse bendito consórcio. Até porque votei aqui a lei da criação do consórcio.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h44min.)